

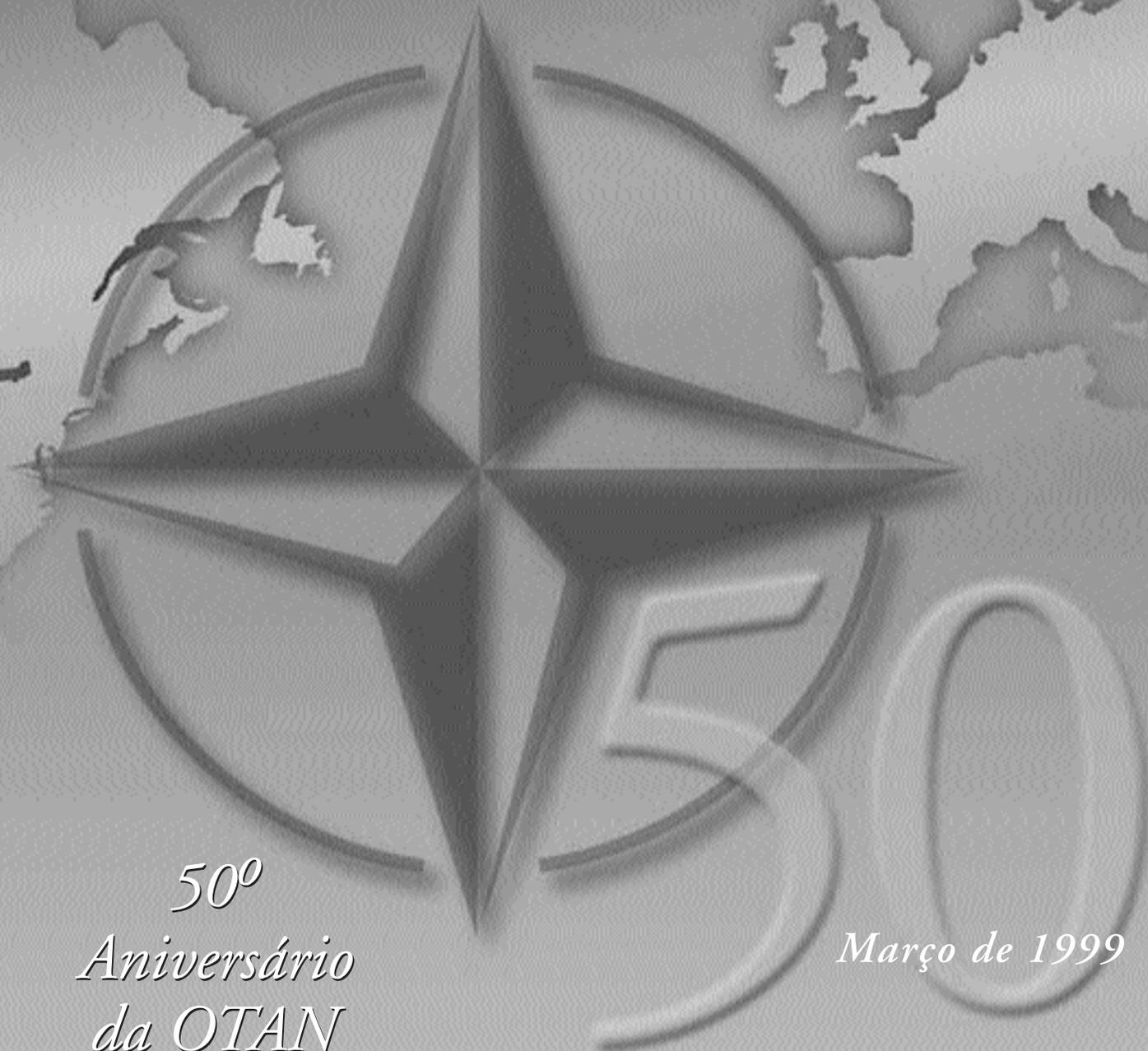
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 4

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 1



*50^o
Aniversário
da OTAN*

Março de 1999

*Defendendo a
Liberdade,
Mantendo a
Paz*



Presidente Clinton, Javier Solana, Secretário Geral da OTAN, e a Secretária de Estado, Madeleine Albright, antes do início da cúpula da OTAN em 1997 em Madri, Espanha.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE WILLIAM J. CLINTON POR OCASIÃO DO 50º ANIVERSÁRIO DA OTAN

Ao comemorarmos o 50º aniversário da Organização do Tratado do Atlântico Norte, celebramos o sucesso da Aliança na defesa da liberdade e na manutenção da paz nas últimas cinco décadas. Nós americanos, aprendemos, a duras penas, neste século, que se quisermos ter segurança em nosso território, precisamos defender nossos interesses, nossos ideais, e nossos amigos no mundo inteiro. Em nenhum lugar esse compromisso tem sido mais importante do que na Europa, onde lutamos e vencemos duas guerras mundiais e a Guerra Fria, neste século. E nenhuma instituição representa esse compromisso mais intensamente do que a OTAN.

Mas este aniversário não significa apenas um reconhecimento das nossas realizações no passado. Ele também apresenta uma oportunidade de traçar o rumo da nossa colaboração no futuro e de estabelecer uma visão da OTAN para as próximas décadas: uma aliança maior, mais flexível, capaz de enfrentar uma ampla variedade de desafios aos nossos interesses comuns. O objetivo da OTAN permanece inalterado. Sua missão é defender a segurança, a prosperidade, e os valores democráticos dos seus membros. Mas o ambiente no qual a aliança deve cumprir essa missão tem sofrido mudanças. Nos últimos cinco anos temos trabalhado para construir uma nova OTAN, mais bem equipada para lidar com desafios diferentes – com novas missões, novos membros, e novos parceiros em toda a Europa, incluindo a Rússia e a Ucrânia.

A OTAN do passado guardava as nossas fronteiras contra a agressão militar. A Aliança do futuro precisa continuar a salvaguardar a nossa segurança comum, e ao mesmo tempo enfrentar novas ameaças que não reconhecem fronteiras – a disseminação das armas de destruição em massa, a violência étnica, e os conflitos regionais.

Em abril de 1999, os líderes das nações europeias e do Canadá se reunirão conosco em Washington para dar as boas vindas a três novas democracias – a Polônia, a Hungria, e a República Tcheca – que estão se unindo a nós na nossa missão de guiar a Aliança rumo ao século XXI. As portas da OTAN permanecerão abertas a todos aqueles que estiverem dispostos e forem capazes de assumir as responsabilidades da participação na organização, e continuaremos a trabalhar no sentido de fortalecer as nossas parcerias com os países que não forem membros da Aliança.

Ao vislumbrarmos o futuro, temos como objetivo construir uma parceria transatlântica ainda mais forte com uma Europa unida, democrática e em paz. Estou convencido de que gerações sucessivas de europeus e americanos usufruirão a paz e a segurança graças aos contínuos esforços da OTAN para cumprir a missão definida 50 anos atrás: defender a liberdade, preservar a paz e a estabilidade, e estimular a criação de um clima no qual a prosperidade possa florescer.

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

*Revista Eletrônica da
Agência de Divulgação dos EUA*

50º ANIVERSÁRIO DA OTAN

ÍNDICE

● ÊNFASE

DESCOBRINDO NOVAS MANEIRAS DE LIDAR COM OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI 5

*Uma avaliação do embaixador Alexander Vershbow
Representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte*

A FUNÇÃO DA OTAN NO PRÓXIMO MILÊNIO: OBJETIVOS CONSTANTES E EMERGENTES 8

*Uma avaliação do embaixador Marc Grossman
Secretário-Assistente de Estado, Escritório de Assuntos Europeus*

TRANSFORMANDO A CAPACIDADE DE DEFESA DA OTAN PARA O SÉCULO XXI 11

*Almirante Harold W. Gehman
Supremo Comandante Aliado, Atlântico*

● COMENTÁRIO

A OTAN NO SÉCULO XXI 16

Senador William V. Roth, Jr.

A OTAN COMPLETA CINQUENTA ANOS: DESAFIOS FUTUROS, TAREFAS HISTÓRICAS 19

*Dra. Catherine McArdle Kelleher
Diretora, Instituto Aspen [Aspen Institute], Berlim*

● DADOS SOBRE A QUESTÃO

O QUE AS PESQUISAS DE OPINIÃO REVELAM: OPINIÕES NOS ESTADOS UNIDOS E NA EUROPA A RESPEITO DAS QUESTÕES TRANSATLÂNTICAS 24

*Compilado pela Filial Europeia
Escritório de Pesquisa e Reação dos Meios de Comunicação [Office of Research and Media Reaction]
Agência de Informações dos Estados Unidos*

● REFLEXÕES SOBRE O PRIMEIRO MEIO SÉCULO DA OTAN

ENCONTRANDO UM OBJETIVO — E O SUCESSO — NA BÓSNIA 28

*Embaixador Robert E. Hunter
Conselheiro Sênior, RAND
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1993 a 1998*

Embaixador William H. Taft, IV
Sócio: Fried, Frank, Harris, Shriver and Jacobson
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1989 a 1992

Embaixador David M. Abshire
Chanceler do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais [Center for Strategic and International Studies]
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1983 a 1987

© **UM GUIA PARA LEITURA ADICIONAL**

Resumos de artigos recentes

Realçando outras opiniões sobre o assunto

Links, na Internet, para recursos sobre o assunto

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas — Perspectivas Econômicas, Assuntos Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa dos EUA, e Sociedade e Valores dos EUA — apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Todos os números aparecem em inglês, francês, e espanhol, e alguns números também aparecem em árabe, português e russo.

As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo norte-americano. Favor observar que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade cabe aos respectivos provedores. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados na Home Page do Serviço de Divulgação dos Estados Unidos [U.S. Information Service] (USIS) na World Wide Web, no seguinte endereço: "http://www.usia.gov/journals/journals.htm". Eles se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading, e a impressão. Comentários são bem-vindos no escritório mais próximo do USIS ou na redação:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - I/TPS
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
E-mail: ejforpol@usia.gov*

Por favor observe que este número da Agenda de Política Externa dos Estados Unidos pode ser encontrado na Home Page da USIS na World Wide Web, no seguinte endereço: "http://www.usia.gov/journals/itps/0399/ijpe/ijpe0399.htm".

EDITORA	Leslie High
EDITOR EXECUTIVO	Dian McDonald
EDITORES ASSOCIADOS	Wayne Hall
	Guy Olson
COLABORADORES	Ralph Dannheisser
	Susan Ellis
	James Ladd
	Margaret A. McKay
	Jacqui S. Porth
	Mary Scholl
	Terence Scott
PESQUISADORES	Sam Anderson
	Rebecca Ford Mitchell
	Vivian Stahl
DIRETOR DE ARTE	Barbara Long
ASSISTENTE DE	
ARTES GRÁFICAS	Sylvia Scott
ASSISTENTE DE PROGRAMAÇÃO	Yvonne Shanks
ASSISTENTE DE PESQUISA	Victoria Cirks
CONSELHO EDITORIAL	Howard Cincotta
	Rosemary Crockett
	John Davis Hamill

DESCOBRINDO NOVAS MANEIRAS DE LIDAR COM OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

*Uma avaliação do embaixador Alexander Vershbow
Representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte*

Embora a finalidade contínua e "essencial" da OTAN seja "garantir a liberdade e segurança dos seus membros...as novidades, no momento em que a OTAN entra no século XXI, são as maneiras pelas quais ela desempenha essa função," diz o embaixador Alexander Vershbow, representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte. Ele cita algumas iniciativas que "demonstrarão, claramente, a todos os nossos públicos, que a OTAN é a chave para a construção de uma Europa mais estável, segura e unida para o próximo século." A seguir apresentamos as respostas de Vershbow às perguntas feitas por "Agenda de Política Externa dos Estados Unidos."

PERGUNTA: Como o senhor descreveria a principal missão da ONU, e os principais desafios que ela enfrenta no limiar do século XXI?

VERSHBOW: A principal função da OTAN, é, e tem sido desde 1949, defender a liberdade e a segurança dos seus membros. Isso permanece inalterado. As novidades, ao chegarmos ao limiar do século XXI, são as maneiras pelas quais a OTAN desempenha essa função. A OTAN já não se depara mais com uma grande ameaça militar posicionada junto às suas fronteiras. Mas ela tem que enfrentar uma variedade de desafios — como por exemplo, armas de destruição em massa, instabilidade regional, e conflitos étnicos. Como resultado, a OTAN tem se empenhado cada vez mais nas operações de resposta a crises e na parceria e cooperação com outros países da Europa. Essas operações se destinam a promover a estabilidade, a integração, e a resolução pacífica de disputas.

Isso não significa dizer, por um lado, que a defesa coletiva deixou de ser o principal objetivo da OTAN, ou por outro lado, que a OTAN se transformará em uma espécie de "força policial do mundo" pronta para intervir em todas as crises, tanto na Europa quanto fora dela. Pelo contrário, estamos apenas reconhecendo que muitas das ameaças à segurança dos aliados emanam de fora do território da OTAN — seja sob a forma de armas de destruição em massa ou de conflitos regionais — e que a OTAN precisa estar preparada para lidar com esses tipos de ameaças sempre que houver um consenso, dentro da Aliança, para fazê-lo.

Em termos práticos, a OTAN já está fazendo isso por meio das missões na Bósnia e em Kosovo. Elevando o perfil desse tipo de ação no Conceito Estratégico, estaremos orientando os planejadores de defesa da OTAN para que eles preparem as forças necessárias para o cumprimento desses tipos de missões no futuro.

P: Como o senhor vê a evolução do papel dos Estados Unidos na OTAN em termos da participação dos Estados Unidos do seu comprometimento com a Aliança?

VERSHBOW: Para os Estados Unidos, a OTAN é o alicerce da segurança europeia, que continua a ter uma importância muito grande para os interesses dos Estados Unidos. Portanto manteremos o compromisso mais forte possível com a OTAN até aonde a vista alcança. Acho que os votos obtidos no Senado a favor da ratificação da ampliação da OTAN (80 a favor e 19 contra) servem como prova do apoio bipartidário à OTAN e à liderança dos Estados Unidos na organização.

Em termos de peso relativo, no entanto, estamos satisfeitos porque os aliados europeus estão interessados em fortalecer a "Identidade de Segurança e Defesa da Europa" [European Security and Defense Identity], ou "ESDI". A idéia de que a Europa venha a assumir um papel mais abrangente na manutenção da sua própria segurança como parte de uma forte estrutura transatlântica coincide plenamente com os interesses dos Estados Unidos. A ESDI, se for apoiada por uma capacidade militar eficaz e por vontade política, só trará

benefícios para os Estados Unidos e para a Europa, e fará com que cresça o apoio doméstico, nos Estados Unidos, no que se refere à Aliança. Portanto, embora o comprometimento dos Estados Unidos continue significativo, esperamos que o lado europeu da equação se fortaleça.

No passado, as discussões a respeito da ESDI praticamente se limitavam aos acordos de ordem institucional. Tais acordos são realmente importantes. Mas uma discussão sobre a ESDI que não seja baseada na capacidade de fato será somente um exercício teórico. Essas questões formaram a base da solicitação do primeiro ministro Blair, do Reino Unido, para que houvesse uma renovação do diálogo na Europa, sobre a ESDI, e nós apoiamos essa ênfase na capacidade. Esperamos que a Cúpula da OTAN dê novo ímpeto ao desenvolvimento, entre os aliados europeus, das forças eficazes, móveis, e sustentáveis que se fazem necessárias para desempenhar futuras operações de apoio à paz sem contar em demasia com os Estados Unidos.

A nossa principal preocupação é de que, ao prosseguirmos com o desenvolvimento das instituições relacionadas à ESDI, não queremos perder o que já conseguimos na construção da ESDI dentro da OTAN. Esperamos que a Cúpula de Washington coincida com a implementação da totalidade das medidas referentes à ESDI, sobre as quais se firmou um acordo na Reunião Ministerial do Conselho do Atlântico Norte (NAC) em Berlim, em 1996 — incluindo os mecanismos para compartilhar os ativos da OTAN com a WEU (União da Europa Ocidental) [Western European Union]. Esse acordo preserva a OTAN como sendo a base da defesa coletiva e evita o desperdício e as divisões políticas que resultariam dos esforços para se estabelecer estruturas e capacidades em separado na Europa. Ele também preserva o tipo de consultas genuínas, abertas, que temos dentro da OTAN e um papel para os seis aliados europeus que não são membros da União Européia. Quaisquer esforços para desenvolver a ESDI além da estrutura de Berlim devem preservar esses ganhos.

P: Quais serão as conseqüências a longo prazo da Parceria para a Paz, no que se refere à OTAN, assim como à segurança européia e transatlântica?

VERSHBOW: É um clichê dizer que a Parceria para a Paz teve um sucesso que ninguém imaginava que seria

possível — mas é verdade. A Parceria para a Paz proporcionou à OTAN uma forma de trabalhar com todos os países da área Euro-Atlântica, para estimular um comprometimento no sentido de cooperar e fortalecer a segurança e a estabilidade. Ela está ajudando a dar forma ao ambiente, de forma a tornar tanto a OTAN quanto a Parceria mais seguras. Ela está, também, se tornando, cada vez mais, um veículo para que os países da OTAN e da Parceria possam agir em conjunto no sentido de prevenir e administrar as crises na Europa. Portanto, a Parceria para a Paz continuará a exercer um enorme impacto na melhoria do ambiente de segurança, em geral, na área Euro-Atlântica.

Embora a Parceria para a Paz seja importante pelos seus próprios méritos como uma contribuição para a segurança da Europa, devemos também reconhecer que alguns países da Parceria para a Paz querem dar um passo adiante, e querem se tornar membros da OTAN. A ampliação da OTAN continua sendo uma parte importantíssima da estratégia da OTAN para a criação de uma Europa segura, unida, e democrática. Esperamos que os líderes da cúpula aprove um elenco de medidas, que os Estados Unidos sugeriram que chamássemos "O Plano de Ação para os Novos Membros" [The Membership Action Plan]. De acordo com o "MAP", a OTAN se comprometerá a ajudar os países que queiram se unir à OTAN a se tornarem os mais fortes candidatos possíveis, reconhecendo que um convite requer que os países aliados estejam convencidos, sob o ponto de vista político, de que o ingresso de um país na OTAN contribuirá com a segurança da área Euro-Atlântica em geral. O Plano de Ação para os Novos Membros tornará possível, à OTAN, proporcionar maior orientação e oferecer mais estímulo aos países que queiram ingressar na organização, no que se refere aos esforços para a modernização e reforma dos seus sistemas de defesa. O MAP demonstrará que a OTAN tem, definitivamente, a expectativa de admitir países adicionais em um futuro não muito distante.

P: Por quê a relação entre a OTAN e a Rússia é importante e que rumo o senhor acha que ela está tomando?

VERSHBOW: Por motivos históricos, geográficos, e militares, a Rússia continua sendo um dos mais importantes interlocutores para a OTAN em uma série

de questões políticas e de segurança. A maneira pela qual a OTAN e a Rússia cooperarem entre si pode causar um tremendo impacto sobre a segurança da área Euro-Atlântica em geral. A nossa visão de um sistema integrado de segurança na Europa vê com bons olhos a total participação de uma Rússia democrática, não apenas por meio da relação entre a OTAN e a Rússia, mas também por meio da OSCE (Organização Para a Segurança e para a Cooperação na Europa) [Organization for Security and Cooperation in Europe] e outras instituições. A OTAN já estabeleceu um ambiente de cooperação com a Rússia, por meio do Conselho Conjunto Permanente [Permanent Joint Council] (PJC). Poucas pessoas sabem — até mesmo na própria Rússia — que há soldados russos servindo junto à OTAN na Força de Estabilização da Bósnia (SFOR), sob as ordens de um general dos Estados Unidos.

O PJC demonstrou ser um fórum construtivo para a troca de idéias e para o desenvolvimento de áreas específicas de cooperação — por exemplo, na discussão de operações de manutenção da paz, proliferação de armas de destruição em massa, ciência e o meio ambiente — e até mesmo na discussão do problema do ano 2000. Igualmente importante, o PJC provou ser um fórum essencial para consultas à Rússia sobre questões difíceis e que dão margem a controvérsias, como o problema do Kosovo. Os aliados e a Rússia puderam trocar idéias com franqueza, e isso, na verdade, ajudou, para que as diferenças pudessem ser administradas e para que pudéssemos concentrar as atenções no nosso objetivo comum, que é conseguir uma solução pacífica. Quanto ao futuro, estou convencido de que à medida que a Rússia conhecer melhor a OTAN, veremos uma colaboração cada vez mais intensa entre a OTAN e a Rússia, para lidar, em conjunto, com as oportunidades e os riscos do novo século. Isso apenas fortalecerá a segurança da Europa como um todo.

P: Há resultados definidos que o senhor gostaria de ver a partir da comemoração do 50o aniversário da OTAN em Washington em abril?

VERSHBOW: Há muitos. Para começar, comemoraremos a inclusão da República Tcheca, da Hungria e da Polônia na OTAN — e este é um ponto importante porque ele mostra que a linha divisória traçada por Stalin na Europa está sendo apagada para sempre. Além disso, a OTAN reafirmará o seu compromisso no que se refere à continuidade da sua expansão e adotará medidas práticas para ajudar os países candidatos por meio do Plano de Ação para os Novos Membros, que mencionei anteriormente. Tomaremos medidas para que a Parceria para a Paz se torne um instrumento mais operacional — uma coalizão permanente de estados democráticos agindo juntos em resposta às crises.

A OTAN também responderá à sua primeira pergunta — "Qual é a função da OTAN no século XXI?" É importante que os nossos públicos e os outros países tenham uma imagem clara do que a OTAN significa. Uma versão atualizada do Conceito Estratégico da OTAN ajudará a responder a essa pergunta. A última versão foi escrita em 1991, quando a Guerra Fria estava terminando. A nova versão falará diretamente sobre o futuro da OTAN — incluindo as operações de resposta a crises "que não estão em conformidade com o Artigo 5", e uma ênfase maior na parceria e na cooperação, além do seu contínuo compromisso com a defesa dos membros da OTAN.

Temos outras iniciativas sobre as quais não entrarei em detalhes, mas que também são muito importantes. Temos, por exemplo, uma "Iniciativa de Capacidade de Defesa" que tem como objetivo garantir que as forças armadas dos Estados Unidos e da Europa aproveitem ao máximo as tecnologias avançadas e que sejam capazes de reagir e se manter em operações de respostas a crises longe das suas próprias bases. Além disso, propusemos uma iniciativa sobre "Armas de Destruição em Massa" que se destina a fazer com que a OTAN dedique sua atenção, mais diretamente, a uma das mais importantes ameaças emergentes à segurança para o próximo século. Em conjunto, essas e outras iniciativas demonstrarão com clareza a todos os nossos públicos que a OTAN é a chave para a construção de uma Europa mais estável, segura e unida para o próximo século. ©

A FUNÇÃO DA OTAN NO PRÓXIMO MILÊNIO: OBJETIVOS CONSTANTES E EMERGENTES

*Uma avaliação do embaixador Marc Grossman
Secretário-Assistente de Estado, Escritório de Assuntos Europeus*

No momento em que a OTAN se encontra no limiar do terceiro milênio, o seu principal objetivo continua sendo a "defesa coletiva," diz o embaixador Marc Grossman, secretário-assistente de Estado, do Escritório de Assuntos Europeus.

"A Aliança deve, também, melhorar a sua flexibilidade e capacidade de prevenir, coibir, e, se necessário, reagir a uma ampla variedade de ameaças, incluindo a proliferação das armas de destruição em massa."

Enfatizando a importância da ampliação, Grossman prevê que os três novos membros da OTAN não serão os últimos.

"A cúpula reafirmará que a porta da OTAN continua aberta, e que a Aliança estará atuante na tarefa de ajudar os países-candidatos a passar por essa porta," ele diz. A seguir apresentamos as respostas de Grossman às perguntas feitas por "Agenda de Política Externa dos EUA."

PERGUNTA: Como a OTAN se encaixa na relação dos Estados Unidos com a Europa, de modo geral?

GROSSMAN: A nossa relação com a Europa é vital e extensa. Quando trabalhamos juntos, podemos superar, com sucesso, os maiores problemas, e estabelecer a agenda global. A OTAN é uma das mais importantes instituições que nós e os europeus temos para fazer com que isso aconteça. Mas ela também faz parte de um conjunto mais amplo de relações institucionais com a Europa, que inclui a Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa [Organization for Security and Cooperation in Europe] (OSCE) e a União Europeia (UE) [European Union] (EU). Os tipos de desafios com os quais nos deparamos agora e que teremos que continuar a enfrentar no século XXI são de tal magnitude que nenhum país, por si só, pode lidar com eles. Qualquer que seja o problema, como por exemplo, as armas de destruição em massa, ou o crime organizado, só para citar dois deles, precisamos ter uma forte parceria com a Europa, e uma série de instituições para promover e defender os nossos interesses comuns. Nas cúpulas deste ano, da OTAN, da OSCE, e em uma reunião entre os Estados Unidos e a União Europeia, estaremos trabalhando com os nossos parceiros para criar uma estratégia que permita que cada uma dessas instituições faça aquilo que faz melhor, e que ao mesmo tempo apóie as demais.

Dentro deste arcabouço institucional, é a Aliança da OTAN que preserva a nossa segurança e protege os nossos interesses comuns. A OTAN é um instrumento

chave para promover a segurança e a estabilidade na Europa como um todo. Através de operações de gerenciamento de crises como a SFOR (Força de Estabilização) na Bósnia, lidamos com os conflitos regionais que comprometem a segurança de uma área muito mais ampla. E uma OTAN aberta para o ingresso de novos membros ajuda a eliminar as divisões originárias da Guerra Fria. As relações especiais da OTAN com a Rússia e com a Ucrânia estimulam a cooperação e as consultas, ajudando a superar longos anos de antagonismo e desconfiança.

P: A expansão da OTAN e a introdução, pelos Estados Unidos, do conceito da Parceria para a Paz (PfP) tiveram alguma influência sobre a expansão da UE?

GROSSMAN: Certamente, e essa influência foi positiva. Apoiamos a expansão da UE pelo mesmo motivo que apoiamos a ampliação da OTAN: para incentivar a democracia, a prosperidade, e a segurança entre as novas democracias da Europa Central e Oriental.

O processo de expansão da OTAN proporciona confiança aos países candidatos ao ingresso na UE, de que as suas necessidades de segurança estão tendo apoio. Ele também lhes proporciona uma experiência valiosa, por meio da colaboração cada vez mais estreita, e das consultas com a Aliança. Essas duas coisas fazem com que se torne mais fácil para os candidatos a membros da UE tomarem as medidas necessárias para o ingresso na UE. Na mesma medida, a PfP proporciona aos seus membros uma experiência essencial nos procedimentos

democráticos. Eles vêm a maneira pela qual os civis controlam as forças armadas e os parlamentos tomam decisões sobre orçamentos e políticas militares. O aprendizado e a incorporação dos valores democráticos é o que prepara os países candidatos para se tornarem membros tanto da OTAN quanto da UE.

P: A UE e a OSCE têm alguma função no que diz respeito à segurança transatlântica? Se esse for o caso, de que forma a função de segurança da OTAN está relacionada à questão da segurança da OSCE?

GROSSMAN: A OSCE e a relação entre os Estados Unidos e a UE desempenham papéis importantes e complementares na nossa arquitetura de segurança Euro-Atlântica. A UE não é uma instituição transatlântica, naturalmente, mas a relação entre os Estados Unidos e a União Européia é vital para a nossa segurança e prosperidade. Como a secretária de Estado Albright disse, "a OTAN sempre será a instituição a ser escolhida quando a América do Norte e a Europa decidirem agir juntas militarmente." A OSCE é a principal instituição quando se trata de promover os direitos humanos e a democracia na Europa.

A OSCE tem um papel essencial no alarme antecipado, na prevenção de conflitos, na administração de crises, e na reabilitação após conflitos. Os últimos anos na Bósnia e os eventos mais recentes em Kosovo demonstram como a OTAN e a OSCE trabalham em conjunto. Somente a OTAN, por exemplo, tinha condições de separar as forças beligerantes na Bósnia. Somente a OSCE tinha condições de fiscalizar as eleições. Esses dois elementos foram críticos para o sucesso dos Acordos de Paz de Dayton. A "Nova Agenda Transatlântica," que foi lançada pelo presidente Clinton e pelos líderes da União Européia em dezembro de 1995, nos proporciona uma maneira flexível de tratar de uma série de questões de segurança. A agenda inclui, por exemplo, a cooperação diplomática nas crises regionais, a assistência para o desenvolvimento, e os direitos humanos; abordagens conjuntas para o combate ao terrorismo, para a não-proliferação [de armas de destruição em massa], e para o combate às drogas; e cooperação para a proteção ambiental, para o controle de doenças, para a luta contra o crime internacional, e para a aplicação da lei.

P: A experiência em Kosovo é um bom modelo para a integração das instituições européias de segurança?

GROSSMAN: Tanto na Bósnia quanto em Kosovo, nossas instituições transatlânticas trabalharam em conjunto para tentar resolver conflitos sérios e promover a estabilidade. Na Bósnia, a OTAN proporcionou uma estrutura de segurança para o acordo de paz de Dayton. A OSCE elaborou o sistema eleitoral e administrou as negociações sobre o controle de armamentos. A União Européia prestou uma assistência crucial para a reconstrução da sociedade civil em todo o país. O cumprimento dessas funções exigiu cooperação regular e estreita.

A situação em Kosovo é diferente da situação na Bósnia. Mas essas três instituições estão trabalhando no local. A OTAN tem contribuído com o poderio militar para impedir a eclosão de uma guerra total e a ocorrência de um enorme desastre humanitário. A comunidade internacional solicitou à OSCE que monitorasse a situação in loco, com a Missão de Verificação de Kosovo (KVM). E a União Européia, em cooperação com os Estados Unidos, desempenhará um importante papel na assistência pós-acordo, para a reconstrução da sociedade civil na região.

P: Que influência têm a Rússia e a Ucrânia na relação dos Estados Unidos com as nações do outro lado do Atlântico?

GROSSMAN: Nosso relacionamento com esses dois países é muito importante. Trabalhamos com eles em grande variedade de questões. Quando pensamos na Rússia e na Ucrânia no contexto da relação Euro-Atlântica, a ênfase está na integração.

Ficamos muito satisfeitos quando os dois países se tornaram membros da PFP. Para intensificar o intercâmbio, a OTAN criou o Conselho Conjunto Permanente com a Rússia e a Comissão OTAN-Ucrânia. Os dois países, além disso, são membros do Conselho da Europa, e têm um papel muito importante na OSCE. Enquanto vamos em frente com a nossa agenda transatlântica, continuaremos a incentivar, ao máximo, o intercâmbio e a integração entre a comunidade Euro-Atlântica, a Rússia e a Ucrânia.

P: Quais são as implicações para a relação entre os Estados Unidos e a Europa, da crescente integração econômica da Europa, que se reflete na introdução do euro?

GROSSMAN: Acreditamos que o euro será bom para os europeus e para nós. Trata-se de um marco na história da integração europeia, que tem tido o apoio dos Estados Unidos desde o início. É importante para todos que o euro seja um sucesso.

Os Estados Unidos se beneficiarão de uma Europa economicamente dinâmica. A Europa será um mercado maior para as nossas exportações e um lugar melhor para as empresas americanas fazerem negócios. Se o euro, como nós esperamos, estimular o desenvolvimento de um mercado de capitais em todo o continente e resultar em reformas estruturais, a demanda de produtos importados dos Estados Unidos na Europa crescerá.

P: Quais são os objetivos dos Estados Unidos para a reunião do Conselho da Parceria Euro-Atlântica que se seguirá à Cúpula da OTAN em Washington?

GROSSMAN: A reunião do Conselho da Parceria Euro-Atlântica acontecerá no segundo dia da Cúpula de Washington. Essa reunião pode deixar claro que o Conselho (EAPC) está se tornando o núcleo de uma rede de segurança sob a forma de cooperação que reúne todas as democracias da Europa para enfrentar desafios comuns.

Esperamos que as reuniões da Cúpula de Washington realcem a importância de se aprofundar a integração de todos os Parceiros – os que desejam ingressar na OTAN, assim como os que não têm essa intenção – no trabalho da Aliança, pois consideramos essa cooperação um elemento crítico para a projeção da segurança e da estabilidade na Europa e para a Europa.

Essas reuniões nos dão uma oportunidade de discutir a maneira de tornar nossa parceria o mais operacional possível. O nosso principal objetivo é definir uma estrutura que permita um envolvimento mais estreito dos Parceiros no planejamento e no gerenciamento de futuras operações não relacionadas ao Artigo 5. Portanto, estaremos estudando os meios de tomar as medidas adequadas para assegurar que as unidades da Aliança e da Parceria possam operar em conjunto com eficácia.

P: Como o senhor vê a evolução do papel da OTAN, assim como os seus principais objetivos, no limiar de um novo milênio?

GROSSMAN: Como disse a secretária Albright na reunião dos Ministros das Relações Exteriores da OTAN em dezembro de 1999, "Queremos uma Aliança fortalecida por novos membros; capaz de cumprir a tarefa de defesa coletiva; que tenha o compromisso de enfrentar uma grande variedade de ameaças aos nossos interesses e valores compartilhados; e que aja em parceria com outras instituições para assegurar a estabilidade, a liberdade, e a paz em toda a área transatlântica em nome dessa área."

O objetivo primordial da OTAN continuará a ser a defesa coletiva. A Aliança também deve aperfeiçoar a sua flexibilidade e capacidade para prevenir, coibir, e se necessário, reagir a uma grande variedade de ameaças, incluindo a proliferação de armas de destruição em massa.

A ampliação da OTAN também é importante. Trata-se de uma consequência natural e contínua da ampliação de uma Europa pacífica, unida e democrática; os três novos membros não serão os últimos. A cúpula reafirmará que a porta da OTAN continua aberta, e que a Aliança estará atuante na tarefa de ajudar os países-candidatos a passar por essa porta. ©

TRANSFORMANDO A CAPACIDADE DE DEFESA DA OTAN PARA O SÉCULO XXI

Almirante Harold W. Gebman

O supremo comandante aliado para o Atlântico se encontra em uma posição única, que lhe permite avaliar os novos perigos que a OTAN enfrenta, incluindo "a proliferação das armas de destruição em massa, o aumento da mortalidade devido ao terrorismo," e "as aventuras patrocinadas por elementos não caracterizados como estados."

O almirante Harold W. Gebman enfatiza que as recentes experiências da Aliança na Bósnia demonstram que a OTAN tem progredido muito na sua mudança de postura de "defesa fixa de uma posição," para "operações flexíveis e móveis." Sempre que ocorrem mudanças no Conceito Estratégico da OTAN, ele diz, três pilares devem continuar a sustentar a base fundamental da Aliança: defesa comum, dissuasão nuclear, e a ligação entre os dois lados do Atlântico.

INTRODUÇÃO

A relação entre os dois lados do Atlântico, oficializada pelo Tratado do Atlântico de 1949, tem conseguido, de maneira particularmente duradoura, pacífica e bem-sucedida, prevenir os perigos comuns, tanto externos quanto os internos — que são igualmente importantes. No entanto, o sucesso da OTAN nos levou a uma nova era, que não é caracterizada por um simples cenário do tipo "nós contra eles". Os conflitos étnicos, a instabilidade política, e as disputas territoriais estão se tornando cada vez mais intensos e frequentes nas proximidades do território defendido pela OTAN. Enfrentamos a proliferação das armas de destruição em massa, a crescente mortalidade devido ao terrorismo, as aventuras patrocinadas por elementos não caracterizados como estados, e outros desafios assimétricos. Esses novos perigos nos forçaram a reconsiderar as definições de paz, integridade territorial, e segurança — conceitos que são a razão de ser da Aliança.

A Aliança reconheceu a necessidade de mudar para poder continuar a ter um papel tão importante, no futuro, quanto o que teve nos últimos 50 anos. Esta evolução pode ser vista em programas da OTAN como o Documento de Constituição com a Rússia e o a Parceria para a Paz [Partnership for Peace] (PfP); ambos estão estendendo a transparência e o diálogo, a partir do centro da OTAN, rumo ao leste, e ao sul. Da mesma forma, a Aliança está estabelecendo sólidas relações com organizações chave cuja capacidade complementa a da OTAN, como por exemplo, a União Européia (UE), a União da Europa Ocidental [Western European Union] (WEU), e a Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa [Organization

for Security and Cooperation in Europe] (OSCE). A mais visível entre as novas missões da OTAN tem sido assumir a liderança da Força de Implementação [Implementation Force] (IFOR) multinacional, e em seguida, da Força de Estabilização [Stabilization Force] (SFOR).

A experiência da OTAN na Bósnia foi consideravelmente bem sucedida — tanto em termos militares quanto geopolíticos — mas ela também serviu para demonstrar que a transformação da missão da Aliança, de uma defesa fixa, de posição, em operações flexíveis e móveis, é uma realidade. Outras mudanças significativas podem ser verificadas nas áreas de organização, tecnologia, e doutrina, para assegurar que as forças militares da OTAN possam ser utilizadas como uma ferramenta eficaz de gerenciamento de crise, sempre que os interesses comuns dos membros forem ameaçados.

O LEGADO DA OTAN

Considerando o fim pacífico do seu antigo adversário, a OTAN é, com certeza, a mais bem sucedida aliança da história. Os membros da OTAN usufruem liberdade, prosperidade e segurança sem precedentes. Embora as obrigações de defesa mútua constituam o âmago da Aliança, o seu impacto psicológico na evolução política e econômica da Europa pode acabar se tornando a sua mais importante função. Sob a égide da OTAN, as economias da Europa Ocidental foram reconstruídas, bem como as instituições da sociedade civil e os partidos políticos estáveis. A UE atual, e a WEU

revitalizada são conseqüências da confiança, da credibilidade e do senso de comunidade que se desenvolveram dentro da Aliança.

A segurança proporcionada pela OTAN criou um clima que energizou os europeus para que eles trabalhassem, economizassem e investissem até terem criado, para si mesmos, uma prosperidade que eles nunca haviam usufruído antes. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a América do Norte deu muito para a Europa em ajuda econômica e proteção militar, e recebeu muita coisa em retribuição. A afluência renovada da Europa deu origem a mercados, bens, e capital, que sustentaram o contínuo crescimento econômico da América do Norte. O lançamento do euro, este ano, é um marco significativo no desenvolvimento de uma economia européia forte e unificada, e intensificará, de maneira significativa, o comércio entre os dois lados do Atlântico. Essas admiráveis conquistas econômicas são o resultado direto de 50 anos de estabilidade proporcionada pela OTAN.

A Aliança também proporcionou uma justificativa para a manutenção de forças militares poderosas em tempo de paz. Durante a Guerra Fria, o processo de planejamento de forças da OTAN estimulou as nações para que elas mantivessem uma estrutura de força suficiente para permitir que houvesse uma estratégia de reação flexível. Embora todas as nações da OTAN tenham diminuído o tamanho das suas forças armadas após o final da Guerra Fria, o processo de planejamento de forças da OTAN serviu para arrefecer a pressa que os países tinham para se desarmar. A Aliança proporciona às nações uma estrutura valiosa para examinar o ambiente de segurança no futuro e para se desenvolver em termos de estratégia e capacidade.

ORIENTAÇÃO PRÁTICA PARA AS AUTORIDADES MILITARES DA OTAN

Os últimos 10 anos foram um período de mudanças sem precedentes na OTAN. A versão de 1991 do Conceito Estratégico da OTAN expandiu a definição de segurança e preparou o terreno para as operações da OTAN na Bósnia. O atual desafio para os membros da Aliança é a criação de um novo Conceito Estratégico que proporcione uma orientação visionária, porém prática, às autoridades militares da OTAN. Para que o próximo Conceito Estratégico nos oriente rumo ao

século XXI, ele deve refletir as mudanças pelas quais a Aliança passou, e também deve deixar um espaço para as mudanças que ainda podem ocorrer. O Conceito Estratégico revisado também deve proporcionar orientação útil para os militares, para que um oficial como eu possa desenvolver planos de contingência, estabelecer objetivos para as forças, e desenvolver exercícios de treinamento realistas — ou seja, fazer tudo o que se espera de uma força militar.

TRANSFORMANDO A CAPACIDADE DE DEFESA DA OTAN

Em abril deste ano, os chefes de estado da OTAN comemorarão o 50o aniversário da Aliança. Além de comemorar o passado, a Cúpula de Washington oferece uma oportunidade única aos países membros de transformar a capacidade de defesa da OTAN para os próximos 50 anos. Estou convencido de que a OTAN precisa de um processo mais sistemático e metódico para desenvolver a capacidade militar que será exigida pelo Conceito Estratégico. Antes de discutir essas mudanças, permitam-me enfatizar que os três pilares da Aliança — defesa comum, dissuasão nuclear, e as ligações entre os dois lados do Atlântico — são e devem continuar sendo a estrutura subjacente dos nossos esforços. Eles representam as políticas básicas graças às quais a Aliança teve tanto sucesso no passado e são críticas para o nosso sucesso no futuro.

Os especialistas freqüentemente discordam sobre a natureza do ambiente futuro de segurança e sobre o poderio militar e os conceitos bélicos que serão necessários. Afinal, é difícil prever o futuro. Minha bola de cristal não é melhor do que a de ninguém, portanto não aposto em nenhum cenário para o futuro. Em vez disso, quero me assegurar de que teremos um processo sistemático de transformação. Acredito que esse processo deve incluir uma visão operacional comum para descrever como os comandantes da OTAN empregarão o poderio militar no futuro. Essa visão proporcionará um modelo que os planejadores de força da OTAN poderão usar para otimizar a estrutura das forças e para decidir sobre a melhor maneira pela qual a Aliança pode explorar novas tecnologias.

Mesmo com um visão operacional comum, os planejadores de força da OTAN terão uma série de estratégias de investimento — que competirão entre si

— entre as quais poderão escolher. Devemos estabelecer prioridades, coordenar, e integrar os nossos esforços para que o conteúdo do Conceito Estratégico resulte em medidas que melhorem a nossa capacidade de defesa, tanto em nível nacional quanto da Aliança. Devemos conduzir experiências para determinar que estratégias terão a maior probabilidade de proporcionar o maior crescimento da capacidade de defesa. As experiências podem também nos ajudar a resolver problemas técnicos, organizacionais e de doutrina, e a desenvolver proteção contra surpresas desagradáveis causadas por adversários em potencial (especialmente os do tipo assimétrico). As experiências podem ocorrer sob a forma de seminários, jogos de guerra, exercícios de comando, ou exercícios de campo, dependendo do assunto.

A nossa experiência na Bósnia e nos recentes exercícios da Força Tarefa Conjunta Combinada [Combined Joint Task Force] (CJTf) indicam que o foco mais imediato do nosso processo de transformação deve ser dirigido à área de comunicação e logística. Devemos melhorar a velocidade e a eficácia do comando por meio de sistemas de comando e controle mais compatíveis, interoperáveis, e integrados. Isso melhorará a nossa capacidade de explorar inovações tecnológicas no futuro, tanto sob o ponto de vista comercial quanto militar. Já percebemos que os sistemas de logística da Guerra Fria não atendem aos requisitos quando se trata de apoiar as forças da OTAN que estão posicionadas além das áreas operacionais tradicionais. Precisamos ser capazes de localizar e mover recursos, rapidamente, e precisamos ser capazes de executar operações logísticas multinacionais.

O COMANDO ALIADO DO ATLÂNTICO E A LIGAÇÃO TRANSATLÂNTICA

Através da história da OTAN, a ligação transatlântica tem tido, como referencial, os laços políticos, econômicos e militares entre a América do Norte e a Europa. O Comando Aliado do Atlântico [Allied Command Atlantic] (ACLANT), sediado em Norfolk, Virginia, Estados Unidos, representa o pilar ocidental da ligação transatlântica. O ACLANT foi criado para assegurar que as tropas e os suprimentos pudessem se mover da América do Norte, para auxiliar na defesa da Europa. Em caso de hostilidades durante a Guerra Fria, a principal missão do ACLANT era conduzir operações anti-submarino e antinavio de superfície e desafiar o

Pacto de Varsóvia, criando uma segunda frente no flanco norte da OTAN. As operações defensivas tradicionais, conhecidas como operações da OTAN em conformidade com o Artigo 5, estão no coração da Aliança Atlântica e continuam a ser as missões primordiais do ACLANT; no entanto, o ambiente de segurança, que está sempre mudando, nos dá uma oportunidade de usar a competência marítima do ACLANT de novas maneiras.

Hoje, o ACLANT representa a linha de frente do planejamento e da realização de operações marítimas combinadas e conjuntas com o objetivo de empregar todo o espectro do poderio militar de diversas forças armadas — um poderio que proporcionará os meios para que se possa lidar com crises na periferia do território defendido pela OTAN. Para esses esforços, é bom que se tenha a abordagem de um oficial naval no tocante às operações de combate, que inclui um conhecimento e uma avaliação de flexibilidade, velocidade de informações, mobilidade, auto-suficiência, e logística integrada. O desenvolvimento de entidades progressivas como a CJTF, a Pff, a Identidade Européia de Segurança e Defesa [European Security and Defense Identity] (ESDI) dentro da OTAN, e a luta contra a proliferação, serão vitais para a Aliança no futuro e têm a mais alta prioridade. A capacidade de resolver problemas de interoperabilidade e de aprender a explorar novas tecnologias são as áreas onde mais se concentram os esforços.

As características do estado-maior do ACLANT mudaram muito para enfrentar esses novos desafios. O estado-maior tem representantes de todas as forças armadas. São planejados exercícios e operações para combinar o poderio de várias organizações militares, de modo a criar um efeito que é maior do que a soma das partes.

UMA NOVA MISSÃO PARA AS FORÇAS MARÍTIMAS — O CONCEITO CJTF

O novo ambiente de segurança aumenta a possibilidade de que as forças da OTAN precisem conduzir operações na periferia do território defendido pela OTAN. O conceito CJTF proporciona uma estrutura para se organizar as forças para missões além da rede de quartéis-generais fixos da OTAN. A OTAN imagina uma CJTF como uma organização com fins específicos

criada a partir de um quartel-general existente para cumprir uma missão específica. Equipamentos em quantidade suficiente, pessoal, apoio logístico, e outros recursos são reunidos para conduzir a operação, e são dispersados após o término da operação.

Em março de 1998, o ACLANT conduziu o primeiro teste em grande escala de um quartel-general marítimo da OTAN para a CJTF. O exercício "Forte Resolução Para a Crise no Sul" [Strong Resolve Crisis South] fazia parte de um exercício do qual mais de 50.000 pessoas participaram. O quartel-general marítimo da CJTF se formou a partir do quartel-general do Comandante da Força de Ataque do Atlântico a bordo do navio de comando, o USS Mount Whitney. O comandante da CJTF recebeu a incumbência de se preparar para uma operação de apoio à paz em um país fictício.

O exercício demonstrou as vantagens de um quartel-general marítimo para a CJTF com a velocidade e a flexibilidade para alcançar todas as áreas onde exista a probabilidade de ocorrer um conflito. Um quartel-general marítimo deve ser logisticamente auto-suficiente e pode ser a única opção em uma operação de contingência em certas áreas geográficas de difícil acesso, onde não haja apoio da nação hospedeira, ou onde a situação esteja incerta demais para que se corra o risco de estabelecer um quartel-general em terra.

Os exercícios têm demonstrado que o conceito de CJTF é viável e que os quartéis-generais marítimos para a CJTF têm condições de lidar com os desafios das missões que lhes forem atribuídas. A próxima fase do conceito se concentrará na análise, por parte do estado-maior, dos resultados da avaliação dos exercícios, lições aprendidas a partir das operações na Bósnia, e estudos adicionais. As perspectivas são animadoras e os dois principais comandantes da OTAN (os Supremos Comandantes Aliados para o Atlântico e para a Europa) esperam implementar o conceito de CJTF, na sua totalidade, à Estrutura de Comando da Aliança.

IDENTIDADE EUROPÉIA DE SEGURANÇA E DEFESA

Um resultado significativo da Cúpula de Madri de 1997 foi a reafirmação do compromisso da OTAN em relação a uma parceria forte e dinâmica entre os países membros da Europa e da América do Norte. Este

compromisso se baseia na vitalidade da ligação entre os dois lados do oceano. Durante os primeiros 50 anos da OTAN, essa ligação foi, basicamente, unidirecional, isto é, o apoio era proporcionado à Europa pela América do Norte. Por ocasião da Cúpula de Berlim foi divulgada uma declaração de que a OTAN começaria a construir uma Identidade Européia de Segurança e Defesa [European Security and Defense Identity] (ESDI) que desenvolveria uma parceria mais equilibrada entre a América do Norte e a Europa. A construção de uma ESDI prevê a criação de elementos de forças que sejam separáveis, mas não separados, a partir da estrutura das forças da OTAN, que possam se tornar disponíveis para uso sob a direção política e sob o controle estratégico da WEU.

Os elementos essenciais para se construir uma ESDI viável incluem a disponibilização dos recursos da OTAN para operações da WEU, a adaptação do conceito da CJTF para as operações lideradas pela WEU, e o compromisso no que diz respeito à transparência entre a OTAN e a WEU no gerenciamento de crises. O ACLANT vem desenvolvendo um conceito para uma Força Marítima Européia Multinacional [European Multinational Maritime Force] (EMMF) para começar a tratar da questão do apoio marítimo à ESDI. O conceito da EMMF procura aproveitar ao máximo as vantagens da OTAN — as forças multinacionais treinadas, existentes, a nossa doutrina comum, a nossa estrutura de exercícios que já foi colocada em prática, e a nossa organização amadurecida de comando e controle.

PARCERIA PARA A PAZ

A criação da PFP em 1994 acrescentou uma nova dimensão ao relacionamento entre a OTAN e os seus países membros. Em conjunto com as relações especiais que estão sendo desenvolvidas entre a Aliança e a Rússia, e entre a Aliança e a Ucrânia, a PFP está ajudando a preparar o terreno para novos e mais aperfeiçoados acordos de segurança. A PFP tem como objetivo melhorar a capacidade de manutenção da paz e a interoperabilidade das forças armadas dos países da Parceria com as forças dos países da OTAN, por meio do planejamento conjunto, do treinamento, e de exercícios. Ela também facilita a transparência nos processos de planejamento de defesa e de preparação de orçamentos, e promove o controle democrático das forças de defesa.

O ACLANT promove uma grande variedade de exercícios militares relacionados à atividade marítima, além de outras atividades de treinamento que variam desde o ensino de línguas até seminários a respeito do fortalecimento da função dos sargentos e suboficiais. Alguns países da Parceria têm oficiais servindo no quartel-general do ACLANT, e esperamos ter um intercâmbio de oficiais com a Rússia, talvez no próximo ano.

CONCLUSÃO

Durante 50 anos a Aliança tem proporcionado a segurança e a estabilidade que têm sido os pilares da paz e da prosperidade que os países membros usufruem atualmente. O Conceito Estratégico de 1991 iniciou uma transformação da Aliança e das suas forças armadas, que continua em andamento. A transformação da capacidade de defesa da OTAN é um desafio enorme, pois envolve uma complexa redistribuição de recursos e um esforço considerável para que se possa implementar novas estruturas organizacionais. Como os nossos inimigos não estão mais concentrados em vencer a Batalha do Atlântico, o ACLANT, no momento, está se concentrando em redefinir a ligação entre os dois lados do oceano, de modo a incluir novas idéias, conceitos, doutrina e tecnologias, além de proporcionar o poderio militar da América do Norte à Aliança.

Durante este período de transição, o Comando Atlântico funcionará como um centro de excelência, flexível e inovador — um centro que identifica as idéias e que propõe soluções para que a OTAN continue sendo a melhor organização militar possível nos próximos 50 anos. Sinto-me estimulado pelo nosso progresso até o momento, e acredito que a OTAN entrará no século XXI com sucesso e com uma atitude positiva. ●

A OTAN NO SÉCULO XXI

Senador William V. Roth, Jr.

A OTAN no próximo milênio "deve ser uma aliança político/militar duradoura entre estados soberanos, cuja finalidade é usar a força e a diplomacia para a defesa coletiva e para a promoção da segurança dos aliados, dos valores democráticos, do império da lei, e da paz," diz o senador Roth em um relatório da Assembléia do Atlântico Norte distribuído em outubro de 1998. Defendendo a continuidade do compromisso dos Estados Unidos com a OTAN, Roth também argumenta que a participação ativa dos aliados da OTAN em respostas aos desafios emergentes à segurança, tanto na Europa quanto fora dela, será essencial para a viabilidade da Aliança. " A seguir apresentamos, de forma resumida, as recomendações do relatório preparado por Roth, ex-presidente da Assembléia do Atlântico Norte, com orientação proporcionada por um comitê consultivo formado por legisladores dos países membros – da Europa e da América do Norte – da Aliança do Atlântico Norte.

A cúpula da OTAN, prevista para ocorrer em abril de 1999, em Washington, é uma oportunidade para os aliados comemorarem os 50 anos de sucesso da OTAN, e o que é mais importante, preparar o terreno para o futuro. Este evento deve produzir um resultado equilibrado, articulando claramente os motivos para que a OTAN continue a existir, adotando um novo Conceito Estratégico que reflita as atuais condições e os atuais requisitos de segurança, e que dê continuidade ao processo de abertura da OTAN às outras democracias européias. Os aliados não podem simplesmente se dar ao luxo de comemorar as suas realizações, sejam elas históricas ou recentes. Eles precisam demonstrar capacidade de previsão e coragem para enfrentar os desafios do século XXI. Portanto, apresentamos as seguintes recomendações:

— Uma visão para a OTAN: a OTAN no século XXI deve ser uma aliança político/militar duradoura entre estados soberanos cuja finalidade é usar a força e a diplomacia para a defesa coletiva e para a promoção da segurança dos aliados, dos valores democráticos, do império da lei, e da paz.

— O objetivo da OTAN é defender valores e interesses, e não apenas território. Os aliados na Cúpula de Washington em abril de 1999 devem reafirmar o fato de que o Tratado do Atlântico Norte proporciona um mandato inequívoco para a defesa coletiva dos valores e interesses comuns, assim como a defesa do território.

— Os Estados Unidos devem manter o seu compromisso com a Aliança: o comprometimento dos Estados Unidos e a sua liderança na Aliança, continuam sendo críticos para a viabilidade futura da OTAN. Ao mesmo tempo, a participação ativa dos aliados da OTAN em resposta aos desafios emergentes à segurança, tanto na Europa quanto fora dela, será essencial para a viabilidade da Aliança.

— Fortalecer a relação entre a OTAN e a Assembléia do Atlântico Norte [North Atlantic Assembly] (NAA): Em última análise, a eficácia e a vitalidade política da OTAN dependem do apoio dos parlamentos e dos públicos dos países membros. Devido à importância do processo democrático para a segurança e a estabilidade, no futuro, e à contribuição feita pela NAA para fortalecer o processo, a relação entre a NAA e a OTAN deve ser melhorada por meio da intensificação das consultas e da cooperação.

— Organizar, mas não paralisar, o processo de ampliação. Na Cúpula de Washington, os aliados devem convidar a Eslovênia para iniciar as negociações para o acesso desse país à organização. O convite deve demonstrar que os aliados continuam fiéis à sua política de porta aberta sem sobrecarregar a agenda da OTAN. A aceitação, pelos aliados, da República Tcheca, Hungria, e Polônia hoje, e de outras nações qualificadas, nos anos vindouros, realça o fato de que a organização da OTAN se baseia em valores e objetivos transcendentais que não requerem um "inimigo" para justificar a continuidade da sua importância.

— Integrar as missões principais, tanto em nível interno quanto externo: A defesa coletiva contra um ataque a qualquer membro da Aliança, em conformidade com o Artigo 5 do Tratado, deve continuar a ser a missão principal da OTAN. Além disso, as nações da OTAN devem dedicar cada vez mais atenção e recursos de defesa às missões em nível externo, não relacionadas ao Artigo 5. Isso inclui promover a estabilidade na Europa, lidar com a proliferação de armas de destruição em massa, responder ao desafio do terrorismo e apresentar opções para que se possa lidar com ameaças que surgem além das fronteiras da OTAN. Os aliados devem se assegurar de que haja uma ligação contínua entre os principais aspectos políticos e militares das missões e da capacidade da OTAN, em nível interno e externo. Nesse aspecto, as autoridades militares da OTAN devem desenvolver conceitos de treinamento, exercícios, posicionamento e revezamento que permitam que as forças regulares mantenham a sua capacidade de combate, enquanto são utilizadas no apoio à paz e em outras operações não relacionadas ao Artigo 5.

— Missões da OTAN não devem ser globais e nem artificialmente limitadas: Os aliados não devem sugerir que as missões em nível externo, não relacionadas ao Artigo 5 assumam uma característica "global" e nem devem impor limites geográficos artificiais a essas missões.

— A OTAN deve preservar a sua liberdade para agir. Os aliados devem sempre procurar agir em uníssono, de preferência com um mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), ou da Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa [Organization for Security and Cooperation in Europe] (OSCE), que é a estrutura para a segurança coletiva na Europa. Embora todos os países membros da OTAN sem dúvida prefiram agir com tal mandato, eles não devem se limitar a agir somente quando um mandato desse tipo puder ser obtido. Todas as ações da OTAN devem, de qualquer forma, se basear em uma autoridade legal apropriada.

— A OTAN deve tratar do desafio do terrorismo: A partilha das responsabilidades no futuro exigirá que todos os aliados contribuam de maneira que possa ser demonstrada, com o objetivo de combater o terrorismo. A OTAN deve ser usada de maneira mais ativa como um fórum para compartilhar informações, consultas

sobre abordagens e estratégias de combate ao terrorismo, e ações conjuntas contra as ameaças do terrorismo.

— Fazer com que as relações com a Rússia não se limitem ao controle de armamento: Os aliados devem usar a cooperação na defesa com a Rússia para livrar a relação da OTAN com a Rússia das conclusões que remontam à Guerra Fria e devem levar o relacionamento no controle de armas rumo a um novo nível quantitativo de envolvimento político e militar.

— Fazer com que a ESDI seja real: Os aliados europeus devem desenvolver o poderio militar para que uma Identidade Européia de Segurança e Defesa [European Security and Defense Identity] (ESDI) tenha um significado real. A França deve voltar a ter uma participação total na Estrutura Integrada de Comando da OTAN. Se a França resolver fazer isso, a OTAN deve dividir o seu Comando Sul em comandos sudeste e sudoeste para realçar as responsabilidades européias na região. Um comandante europeu e um subcomandante (da França e da Espanha) devem liderar o comando sudoeste; um oficial norte-americano e um subcomandante europeu devem liderar o comando sudeste.

— Fazer com que o planejamento de defesa e os objetivos das forças da OTAN se tornem transparentes. No momento em que as ameaças não são tão evidentes quanto eram durante a Guerra Fria, o apoio público e parlamentar aos esforços de defesa cresceria muito se houvesse maior transparência no que diz respeito aos planos e ao desempenho de defesa. Para isso, a OTAN deve, anualmente, preparar, publicar e entregar ao Presidente da Assembléia do Atlântico Norte um relatório — que não seja secreto — que avalie o progresso rumo ao desenvolvimento da capacidade exigida pelo novo perfil de missão da OTAN e que identifique os hiatos que permanecerem, com recomendações sobre a maneira pela qual essas deficiências podem ser sanadas.

— Estabelecer um piso para os gastos aliados com a defesa: Os aliados devem, durante a Cúpula de Washington, pedir uma moratória voluntária quanto a maiores reduções nos orçamentos de defesa. A moratória voluntária deve continuar até os aliados decidirem que capacidade e que despesas são necessárias

para implementar o Conceito Estratégico revisado da OTAN.

— Preencher as lacunas existentes em capacidade militar: Os aliados devem concordar, durante a Cúpula de Washington, no sentido de desenvolver uma Estratégia de Base Tecnológica e Industrial para a OTAN. O seu objetivo deve ser preservar os parques industriais de defesa vitais, competitivos e complementares de ambos os lados do Atlântico, procurar eliminar progressivamente as barreiras ao comércio na área de defesa, em toda a OTAN, estimular a harmonização de políticas de concorrência, e remover as barreiras que inibam o intercâmbio de tecnologia entre países aliados. Além disso, os aliados devem lançar uma Iniciativa de Tecnologia da Coalizão que estabelecesse um requisito específico, como parte do processo de planejamento anual de defesa da OTAN, para que fossem identificadas as tecnologias em desenvolvimento que pudessem afetar de maneira crítica, favorável ou desfavoravelmente a capacidade das forças aliadas de trabalharem e lutarem juntas em contingências futuras. Os Estados Unidos, na condição de nação líder da Aliança sob o ponto de vista militar e tecnológico, devem atribuir uma alta prioridade, no seu planejamento nacional, à capacidade continuada das suas forças armadas de trabalharem em coalizão com as forças das outras nações da OTAN.

— Levar a sério a defesa contra mísseis. A Aliança deve dar atenção, urgentemente, à defesa contra mísseis. A proliferação das tecnologias e sistemas de mísseis, especialmente aqueles que podem transportar armas de destruição em massa, é uma ameaça à segurança cada vez mais preocupante. Em uma época de recursos limitados, as nações da OTAN precisam trabalhar em conjunto para desenvolver sistemas de defesa contra mísseis que possam preservar a capacidade que as forças aliadas têm de cumprir as missões que lhes forem atribuídas.

— Enfrentar a realidade nos Balcãs. Enquanto houver um barril de pólvora nos Balcãs, não pode haver paz estável na Europa. A operação militar da OTAN na Bósnia tem sido, sem dúvida, um sucesso. No entanto, a experiência tem demonstrado que nesse tipo de crise é necessário tomar uma medida decisiva — quanto mais cedo, melhor — que possa, mais tarde, salvar vidas e economizar dinheiro. Outra lição bem clara, particularmente no que diz respeito à crise em Kosovo, é que a OTAN somente deve ameaçar agir militarmente quando estiver, com certeza, preparada para cumprir a ameaça, e quando essa preparação for convincente. Uma contribuição militar contínua, por parte dos Estados Unidos, para as forças aliadas que estão operando nos Balcãs, obviamente, continua crítica por enquanto. No entanto, no futuro, um papel de liderança europeia na operação na Bósnia e em outras possíveis operações da OTAN nos Balcãs deve ser estudado com maior ênfase.

©

A OTAN COMPLETA CINQUENTA ANOS: DESAFIOS FUTUROS, TAREFAS HISTÓRICAS

*Dra. Catherine McArdle Kelleher
Diretora, Instituto Aspen [Aspen Institute], Berlim*

INTRODUÇÃO

De acordo com a tradição da OTAN, a festa do quinquagésimo aniversário da organização deve apresentar poucas surpresas de fato. Pode haver alguns desentendimentos entre funcionários dedicados, a respeito de algumas frases críticas; pode ocorrer alguma lamentável gafe de protocolo na presença de tantos chefes de estado e de tantos jornalistas interessados em um novo ângulo da matéria a respeito da cúpula. No final, será feita uma declaração cuidadosamente redigida sobre a cúpula, mencionando todos os pontos chave, apresentando um resumo sobre os meses de negociações, de manobras, e da elaboração de estratégias que caracterizam o melhor da política da OTAN. Muitas pessoas céticas e críticas em relação à OTAN chegarão à mesma conclusão: nada de novo, realmente, nenhum salto crítico à frente em direção ao próximo século.

Essas pessoas estarão enganadas. A história da OTAN continua a demonstrar como a organização é importante na história das organizações internacionais. Dez anos atrás, alguns a relegaram a mais uma lata de lixo da história; na "Euforia Européia" pós-muro de Berlim, a OTAN parecia desnecessária, ou talvez irrelevante, tendo em vista a nova era pacífica. Nesse ínterim, a sua própria familiaridade fez com que muitos não percebessem as mudanças significativas na própria organização, as suas difíceis adaptações às novas missões e requisitos de segurança transatlântica e de tomada de decisões em cooperação.

O que mais impressionou até mesmo os observadores mais próximos, foram os desafios e as realizações dos últimos cinco anos. Em comparação com o passado, o ritmo tem sido quase estonteante, definido, especialmente, pelas lições e pelo sofrimento na Bósnia, mas também se originando das decisões de ampliar a comunidade dos países membros da OTAN, e de reestruturar o comando militar da Aliança, dos esforços para aprofundar e implementar a inclusão de novos

membros da Parceria para a Paz [Partnership for Peace] (PfP), e buscar novos canais de comunicação, se não parceria, com a Federação Russa e a Ucrânia. Na verdade, os três últimos Secretários-Gerais lideraram extraordinárias campanhas em prol de mudanças organizacionais e de procedimentos — dentro da própria OTAN e através dos padrões de criação de políticas, dos estados membros, assim como dos estados parceiros.

O PASSADO É O INÍCIO?

Como essas mudanças de 1994 a 1999 se comparam com o passado da OTAN? As mudanças mais óbvias e alguns dos mais delicados problemas de política e procedimentos acompanharão a expansão da OTAN para 19 membros. Ao contrário da União Européia, a OTAN já nasceu grande e completou a maior parte do seu crescimento na sua primeira década de existência. Os parâmetros pareciam claros e fixos. O ingresso do último país membro, a Espanha, no início da década de 80, parecia fazer parte do destino manifesto da OTAN; parecia ser o toque final para o relacionamento entre a Espanha e os Estados Unidos. Poucos países fora da organização pareciam ser candidatos apropriados ou interessados.

No entanto, a entrada da Espanha, em 1982, abriu um precedente. As negociações por meio das quais a Espanha pós-Franco se tornou um país membro da OTAN estabeleceram as normas para a apresentação de novos candidatos e determinaram os obstáculos políticos, militares, e de segurança que os novos países membros teriam que superar antes de serem admitidos. Os conceitos - segundo os quais todos os novos membros teriam que adotar as melhores práticas democráticas, teriam que saldar ou resolver dívidas ou disputas diplomáticas e de política pendentes antes do ingresso na organização — foram todos previstos nos debates sobre o ingresso da Espanha. Isso deve ter tido uma importância muito grande para um Secretário Geral espanhol, em cujo mandato foram admitidos três

novos países membros e outros podem entrar, em conformidade com a política de "porta aberta" da OTAN para novos membros.

Mais complexa ainda é a comparação do passado com o futuro, no que diz respeito à abrangência da missão da OTAN. O Tratado de Washington original era muito específico a respeito do escopo das possibilidades do Artigo 5 no tocante à defesa territorial dos países membros. Mas em outras partes, o tratado deixa muito espaço para a interpretação dos interesses geográficos e intenções conjuntas da OTAN, particularmente no amplo espectro das consultas referentes à ação em cooperação em quase todas as questões de política externa estimuladas sob a égide do Artigo 4.

A abrangência do campo de ação da OTAN é uma questão que deve ser decidida caso a caso — sim na Bósnia e em Kosovo, não na Albânia, não no Iraque, só para mencionar os casos mais recentes. Anteriormente, nas décadas de 50 e 60, havia debates contínuos a respeito da proteção dos territórios franceses na Argélia, e de outros legados coloniais em potencial. Na década de 60 ocorreram pressões renovadas mas sempre mal-sucedidas, por parte dos Estados Unidos, para que houvesse um compromisso dos aliados em missões fora da área, notadamente com relação à participação de tropas aliadas na Guerra do Vietnã, mas também em outros pontos da Ásia e no Oriente Médio. E em mais de uma ocasião, houve indicações do que um ou mais membros pensou ou pensaram ser "casos logicamente inclusos" a defesa, embora não solicitada, dos países neutros críticos da Europa; os problemas da Iugoslávia pós-Tito; o conflito no Golfo; as ligações implícitas com o México e outros estados chave na América Latina, sem falar da iniciativa no sentido de expandir a organização, no Báltico, no sudeste da Europa ou em Israel. Pelo menos por enquanto, a Bósnia e Kosovo, quase com certeza, serão as exceções, não a regra, para o alcance geográfico dos interesses comuns da OTAN ou para a sua disposição para empregar forças defensivas.

Em termos de estrutura, quaisquer que sejam as crenças comuns a respeito da sua estabilidade, a OTAN sempre esteve em um estado de mudança estrutural. Desde o início, sempre têm ocorrido discussões sobre mudanças organizacionais, e sobre o equilíbrio dos direitos e privilégios dentro da organização. Sem dúvida, a grande mudança inicial foi o desenvolvimento, na primeira

década, da estrutura permanente de comando militar, e dos mecanismos para o planejamento conjunto e para a liderança compartilhada. O fato de a França ter saído da organização militar em meados da década de 60 fez com que fosse necessário um ajuste estrutural muito abrangente — do poderoso Grupo Permanente até os planos para os exercícios de pequenas unidades, embora a ligação militar informal, e mais tarde, a participação da França nos exercícios tivesse continuado discretamente em paralelo com o envolvimento da França "somente na área de política". A idéia de De Gaulle, de um triunvirato formado pela França, Estados Unidos e Reino Unido, a partir do final da década de 50, nunca foi formalmente colocada em prática, e a partir do momento em que a Alemanha adquiriu o status de membro permanente da organização, foi rapidamente abandonada em favor de uma estrutura operacional dos Quatro Grandes. Essa estrutura, muitas vezes, foi criticada, devido ao alcance da sua política, pelas nações menores e médias da OTAN.

O mais interessante tem sido o acréscimo de países membros à OTAN, as súbitas manifestações de reorganização criativa para refletir e acrescentar novas áreas de interesse ou para reconhecer novas preocupações. A criação da Assembléia do Atlântico Norte, uma organização da OTAN que não é exatamente um parlamento, refletiu tanto as exigências políticas externas quanto as preocupações internas a respeito de déficits democráticos e a necessidade de apoio político doméstico. A última década "arquitetônica" da OTAN tem sido rica em tentativas de criar novos canais de discussão e influência, particularmente se eles puderem ser usados tanto para conseguir mais amigos políticos quanto para reagir às constantes críticas, dentro da própria organização, a respeito da relevância ou do futuro da OTAN. Em âmbito geral, os resultados impressionam — a auto-motivada Pff, o Conselho Conjunto Permanente com a Rússia, a Comissão com a Ucrânia, e a evolução flexível das estruturas mais antigas, das forças militares regionais até o próprio escritório do Secretário-Geral. Uma coisa que tem sido um pouco mais problemática tem sido o esforço para estabelecer novos canais entre os países membros e os países não-membros, para consultas políticas — primeiro, o NACC (Conselho de Cooperação do Atlântico Norte) [North Atlantic Cooperation Council], agora o EAPC (Conselho da Parceria Euro-Atlântica) [Euro-Atlantic Partnership

Council], ou até mesmo as tentativas iniciais de se formar grupos consultivos para uma ampla "coalizão de boa vontade" com tropas na Bósnia.

AS TAREFAS ÚNICAS DA OTAN

Acima de tudo, no entanto, o que trouxe, até agora, as maiores mudanças e o máximo em termos de continuidade têm sido a união dos países membros nas mais significativas tarefas da OTAN, o estabelecimento de um consenso de política apoiado por uma cultura civil e de política cada vez mais convergente, e uma linguagem coordenada para negociação e resolução de disputas. A "política da OTAN" ou a "linguagem da OTAN" ainda não existe, mas atualmente existem pelo menos três gerações de burocratas, civis e militares, e líderes políticos da Aliança, que aprenderam a agir e a se comunicar nos moldes da organização. Tendo como base a experiência, em tempo de guerra, de estados-maiores conjuntos e consultas na área de política, isso representa uma mudança sem precedentes na maneira pela qual até mesmo estados aliados soberanos têm, de modo geral, cooperado na esfera da segurança, a área que freqüentemente é percebida como sendo a que está no âmago da identidade e do poderio nacional. Essa identidade não é substituída, e sim complementada, de uma forma que é nova e que pode ser avaliada. Dentro da Aliança, em quase todos os níveis, agora há medidas de confiança e interdependência que excedem os modelos teóricos tradicionais das relações internacionais e até mesmo as expectativas dos próprios Membros Fundadores da OTAN.

Na Sede da OTAN e em toda a organização, essas não são as descobertas dramáticas, e nem o assunto das conversas entre os representantes. O tom das conversas geralmente é educado; a atmosfera das salas de reunião, é sempre impessoal e progressista. A maioria dos representantes dos países membros participa de uma reunião, seja ela formal ou informal, esperando que haja algum progresso rumo à decisão ou à solução, que seja superior ao pensamento do mais baixo denominador comum. A maioria das pessoas espera não ter que defender a honra dos seus países contra todos os inimigos que surgirem. Os membros do estado-maior internacional esperam ver provas concretas de que podem servir com fidelidade à organização e que, depois disso, podem dar prosseguimento às suas carreiras nos governos dos seus próprios países. Os contatos

informais resultam em uma certa camaradagem entre ambos os grupos, ao passo que as interações formais no Conselho continuam sendo mais tradicionais, e freqüentemente mais teatrais.

O que queremos enfatizar, no entanto, é uma clara e predominante convicção de que esta é uma organização que funciona, que a OTAN não é somente uma coleção de vetos em potencial (como algumas pessoas caracterizam a OSCE [Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa] [Organization for Security and Cooperation in Europe] e a CSCE [Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa] [Conference on Security and Cooperation in Europe], que a antecedeu) ou uma conferência diplomática permanente (como o Conselho da Europa [Council of Europe] ou o Primeiro Comitê [First Committee] da ONU, dedicado às questões de segurança e controle de armamento). Sem dúvida, os sinais podem ser mais facilmente observados dentro dos mecanismos para o planejamento e a organização militar. Aqui, a transparência na divulgação dos objetivos e da capacidade das nações é a norma, o ponto inicial para o diálogo sobre política e para a divisão das responsabilidades. De infra-estrutura até inteligência, de negociações bilaterais até exercícios de campo, não estamos falando apenas de irmãos em armas, mas de uma noção de participação e de capacidade compartilhada para a tarefa definida. As forças francesas sentiram a falta disso na sua participação na Guerra do Golfo, uma questão de cultura e de preparação em vez de língua ou até mesmo de equipamento. Além disso, as carreiras militares geralmente são impulsionadas, ou pelo menos não são prejudicadas por "tempo na OTAN," e freqüentemente se tornam muito diferentes por causa dessa experiência.

A cultura da OTAN também tem alguns reflexos únicos em nível nacional. Esta talvez seja a única ocasião na diplomacia ocidental tradicional em que há uma representação próxima, relativamente equilibrada de objetivos e posições políticas e militares. Em todos os casos, o embaixador e o serviço diplomático dão as cartas. No entanto, especialmente em uma era de exércitos profissionais, e não formados por pessoas que estão servindo obrigatoriamente, o tempo de serviço na OTAN freqüentemente é uma das poucas ocasiões em que pode haver um diálogo completo e franco entre os diplomatas civis e os oficiais das forças armadas, e um

requisito, em tempo de paz, para o contato diário. Não há muito espaço para compartimentalização em geral, e nem para o hábito de encobrir os desentendimentos. Mais uma vez afirmamos que os resultados da elaboração de políticas nacionais podem ser duradouros e podem reforçar as ligações e a compreensão entre ministérios.

É através desta noção de experiência e expectativa compartilhada que se estabelece a medida dos esforços na PffP, para permitir que parceiros voluntários se aproximem da função de países membros, no que diz respeito ao Artigo 4. O treinamento prático na Bósnia para mais de uma dúzia de países da PffP que enviaram tropas para a IFOR/SFOR (Força de Implementação/Força de Estabilização) proporcionou vívidas experiências de aprendizagem operacional; o ambicioso programa de exercícios conjuntos da PffP reforça as lições.

DESAFIOS FUTUROS

De que maneira o início da operação da OTAN nos próximos 50 anos se compara com a impressionante relação de mudanças na década que se sucedeu à derrubada do Muro de Berlim? Como ainda estamos em um período de transição, é impossível responder. Esta cúpula marca o fim de uma fase de transformação? Ou será que ela representa apenas uma etapa no caminho para maiores mudanças a curto prazo, sob o ponto de vista organizacional e político, assim como nas questões estruturais e operacionais?

Sob a perspectiva de 1999, quatro questões parecem ser os pontos focais para a continuidade das mudanças. Primeiro, de que maneira a aliança se adaptará, ao surgimento, rápido ou lento, de uma Identidade Européia de Segurança e Identidade [European Security and Defense Identity] (ESDI) significativa, e expressa tanto em termos de "hardware quanto de software", isto é, tanto em termos operacionais quanto de política? Nas últimas décadas, a OTAN tem lidado com organizações que, freqüentemente, têm funcionado como efêmeras precursoras da ESDI; por exemplo, a relação com a União da Europa Ocidental [Western European Union] (WEU) e os seus esforços para desenvolver uma célula de planejamento que somente dirigisse o seu foco às forças européias. Mais séria — e que no final, deu mais o que pensar — foi a longa disputa a respeito das

Forças-Tarefa Conjuntas Combinadas, unidades que permitiriam que tropas européias da OTAN usassem todos os recursos atribuídos à OTAN, mesmo se os Estados Unidos e outras nações não estivessem participando de uma missão específica.

Sob muitos aspectos, este é um diálogo dos estados europeus entre si; o palco desse diálogo pode ser a OTAN ou a UE, e esse palco talvez não seja acessível para a maior parte do público. No entanto, o comprometimento das elites governamentais tem sido relativamente inequívoco desde a assinatura do Tratado da União Européia em Maastricht em 1992 e desde a conclusão do Tratado de Amsterdam em 1997. De que maneira, exatamente, isso vai funcionar dentro da atual estrutura da Aliança é o que veremos na próxima década. A experiência inicial, de necessidade de envolvimento americano em terra na Bósnia, é uma indicação; o envolvimento europeu em Kosovo e na Albânia pode acabar sendo uma contra-indicação. Essa é, sem dúvida, uma área para maior trabalho conceitual e operacional no decorrer da próxima década.

Uma segunda questão, no momento, é motivo de muita discussão entre peritos, tanto civis quanto militares. De que maneira a natureza, que está sempre mudando, das forças militares americanas e européias, afeta a natureza e o potencial para ações e planejamento militar em comum? As mudanças são, em grande parte, definidas por fatores econômicos e políticos: o valor de substituição, quando se coloca recursos de alta tecnologia no lugar de mão-de-obra cara nos Estados Unidos, e o declínio do serviço militar obrigatório em toda a Europa, para citar somente dois exemplos críticos. Os números, sem dúvida, são menores; há poucos motivos, em uma era contínua pós-Guerra Fria, para esperar que haja muito apoio do público para maiores gastos na área de defesa ou maiores investimentos em compras de equipamentos para missões globais. As crises humanitárias apontam para direções diferentes: treinamento e equipamentos diferentes, de novos tipos, porém missões mais longas caracterizadas por uma violência mais aleatória. Tudo isso precisa ser discutido no contexto não somente da implementação de uma nova estratégia da Aliança, mas também de novos métodos de treinamento e de planejamento, de mobilizar e equipar tropas na guerra e na paz.

Um terceiro desafio é: de que forma a política de porta

aberta da OTAN a respeito da admissão de novos países membros afetará, de fato, a organização propriamente dita e os seus relacionamentos, sob o ponto de vista mais amplo? Onde estão as fronteiras ou os limites para que se encontrem acordos comuns? Haverá uma escala móvel de associação, determinada, em grande parte, pela distância, ou pelo desenvolvimento econômico? O critério que inicialmente foi usado para determinar a associação à Pfp ainda será relevante — as repúblicas da antiga União Soviética, os estados emergentes da Europa Central e Oriental, os países neutros excluídos? E se a razão de novas admissões deve ser medida em períodos de cinco anos, em vez de meses ou anos, de que forma isso vai afetar a influência positiva que a possibilidade de se tornar um país membro tem tido sobre o comportamento nacional — as resoluções de antigas questões de fronteiras, o melhor tratamento das minorias nacionais, a prontidão das forças armadas?

Por último, mas não menos importante, temos o fator de como as novas missões da OTAN afetarão as perspectivas de cooperação fora da sua área de associação e responsabilidade. As tarefas em conformidade com o Artigo 4, por definição, obviamente têm um caráter menos obrigatório para todos os membros; as perspectivas de cooperação podem ser mais fortes com outros países — o Japão, por exemplo — do que com os países que no momento são membros ou parceiros. Além disso, a definição de segurança e cooperação em um ambiente de baixo nível de ameaça pode divergir muito. De que forma as mudanças da OTAN em um ambiente mudado significarão uma preparação para maiores mudanças e adaptações? Além disso, existe realmente a possibilidade de abertura de processos de remoção [de estados] da

organização, assim como de acesso, que pode ser seriamente levada em consideração?

OLHANDO À FRENTE

A maneira fácil de projetar a OTAN meio século à frente, nos próximos 50 anos é simplesmente dizer que a OTAN, como sempre, continuará sobrevivendo. A política definirá um estado de inércia institucional, com mudanças que devem ocorrer e adaptações, em um certo ritmo, a mudanças futuras que não podemos prever no momento. Outros argumentam que a singularidade da ONU é uma justificativa suficientemente forte para a continuidade da sua existência, baseando-se em um primitivo cálculo de custo-benefício segundo o qual a cooperação tem um custo menor do que o unilateralismo, e provavelmente, também, oferece menos riscos políticos.

É óbvio que nenhum desses argumentos é suficiente. No entanto, os resultados da última década contra possibilidades que pareciam desfavoráveis são impressionantes e refletem mais do que apenas a sobrevivência ou uma vantagem competitiva inesperada sobre outras partes da arquitetura de segurança da Europa. A flexibilidade e a disposição, dos países membros, para continuar a dedicar atenção e recursos, são boas indicações, assim como as manifestações de interesse, e a associação, de países emergentes. As possibilidades parecem favoráveis para um futuro de cooperação transatlântica, sob o ponto de vista político e econômico, por mais escuras que possam ser as lentes através das quais estamos vendo a situação atual. ●

O QUE AS PESQUISAS DE OPINIÃO REVELAM: OPINIÕES NOS ESTADOS UNIDOS E NA EUROPA A RESPEITO DAS QUESTÕES TRANSATLÂNTICAS

*Compilado pela Filial Européia
Escritório de Pesquisa e Reação dos Meios de Comunicação [Office of Research and Media Reaction]
Agência de Divulgação dos Estados Unidos*

As pesquisas da USIA na Europa Ocidental indicam que embora os públicos acreditem que a União Européia (UE) tem um importante papel em questões mundiais, eles ainda valorizam as estreitas relações com os Estados Unidos.

Os públicos em países chave da Aliança preferem que os Estados Unidos continuem a participar das questões da segurança européia, embora em um papel de menor destaque, e preferencialmente, em um contexto multinacional. No entanto, as opiniões do público a respeito do tamanho ideal, bem como da abrangência de instituições multinacionais como a OTAN, a UE, e a Organização das Nações Unidas, ainda não foram totalmente definidas.

ATITUDES DA EUROPA OCIDENTAL A RESPEITO DA INTEGRAÇÃO DA EUROPA

Os principais públicos da Europa Ocidental continuam a apoiar a unificação econômica e política da Europa, expressando confiança na abordagem da UE em relação às questões européias e apoio à participação dos seus países na união. A metade das pessoas, ou mais, na Grã-Bretanha (56%), na França (70%), e na Alemanha (49%) compartilham a opinião de que a UE atualmente funciona mais como "países separados com agendas diferentes" do que como "um único país" (Grã-Bretanha 16%, França 16%, Alemanha 17%). No entanto, muitos esperam que isso mude. Maiorias significativas na Grã-Bretanha (36%), França (46%), e Alemanha (37%) dizem que a UE agirá mais como um único país, nos próximos dez anos.

Os europeus ocidentais tendem a preferir uma abordagem comum regional em relação às políticas sociais e externas. Na verdade, quando se pergunta que organizações devem tomar as decisões mais importantes a respeito da segurança da Europa no futuro — a OTAN, a UE, ou alguma outra organização — a metade ou mais das pessoas na França (61%), na Alemanha (49%), na Grécia (67%), na Itália (77%), e na Espanha (68%) acham que a UE deve assumir a liderança; os britânicos preferem a OTAN à UE por uma pequena margem (OTAN, 40%, UE, 33%). Os europeus ocidentais não chegam a um consenso quando se trata de caracterizar a posição dos Estados Unidos na integração européia. Uma pequena maioria na

Alemanha (35%) pensa que os Estados Unidos preferem fortalecer a UE, ao passo que uma maioria na França acha que os Estados Unidos se opõem à UE. Mas na Grã-Bretanha, uma maioria (38%) acha que os Estados Unidos não se importam. Em cada um desses países, muitas pessoas dizem que não sabem qual é a posição dos Estados Unidos no que se refere à integração.

SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A EUROPA

Os públicos de ambos os lados do Atlântico continuam a valorizar os laços entre os Estados Unidos e a Europa. Os britânicos (79%), os franceses (76%), os alemães (81%), os italianos (81%), e os espanhóis (79%) tendem a acreditar que os laços entre os seus países e os Estados Unidos são tão ou mais importantes no mundo pós-Guerra Fria; da mesma forma, os americanos valorizam as suas ligações com a Europa, de acordo com pesquisas feitas pelo Programa Sobre Atitudes Referentes à Política Internacional [Program on International Policy Attitudes] (PIPA) na Universidade de Maryland [University of Maryland]. As pesquisas do PIPA demonstraram que sete entre dez americanos concordam que "apesar de a Guerra Fria ter acabado, precisamos manter fortes relações com a Europa", tanto na condição de parceiro ao lidar com os problemas mundiais quanto por causa das importantes relações comerciais. Apenas um quarto das pessoas discordam e acham que as relações dos Estados Unidos com a Europa são menos importantes agora do que durante a

Guerra Fria e que "os Estados Unidos devem se voltar para si mesmos e devem se preocupar menos com os problemas que ocorrem no exterior."

Em parte, as relações entre os Estados Unidos e a Europa se baseiam no compromisso de defesa da OTAN. Os públicos na Grã-Bretanha (84%), França (71%), Alemanha (78%), e Itália (80%) sentem que poderiam contar com os Estados Unidos para ajudá-los na defesa dos seus países. No entanto, os gregos e os turcos, em um reflexo das tensões a respeito de Chipre, e os espanhóis, tendem a duvidar que os Estados Unidos viriam ajudá-los (76%, 68% e 55% não confiam, respectivamente). Os americanos tendem a acreditar que podem contar com os seus aliados europeus, embora uma minoria considerável seja cética (55% têm confiança, 43% não têm confiança).

Em geral, a opinião a respeito dos Estados Unidos continua relativamente boa em toda a Europa (74% das pessoas são favoráveis, em média), mas há uma percepção, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, de que as relações entre os Estados Unidos e a Europa deveriam ser mais equilibradas. As maiorias, na maior parte dos países europeus pesquisados (de 53% na França a 77% no Reino Unido) acham que a forte liderança dos Estados Unidos nas questões globais é desejável para os interesses dos seus respectivos países, embora os públicos tendam a discordar na Bulgária (49%), Eslováquia (56%), e em algumas nações da OTAN no sul da Europa — especificamente, a Espanha (56%) e a Turquia (49%). No entanto, no continente, em geral, muitos acham que os Estados Unidos adotam uma postura de domínio nas suas relações com a Europa; aproximadamente a metade das pessoas, ou mais (54-80% na Europa Ocidental, 39-56% na Europa Central e Oriental) dizem que os Estados Unidos têm "influência demais" sobre os negócios dos seus países. Além disso, muitos acreditam que os Estados Unidos não tratam o seu país como um parceiro, de igual para igual, nas questões que interessam a ambas as partes (de 50% dos britânicos a 73% dos italianos); somente os alemães (57%) tendem a pensar que o seu país é tratado de igual para igual.

Muitos europeus ocidentais desejam um papel mais importante para a Europa em assuntos de segurança e muitos acham que já estão prestando uma contribuição razoável (Grã-Bretanha, 48%, França, 50%, Alemanha,

44%). Dois terços das pessoas ou mais, na Europa como um todo — tanto nos atuais países membros da UE quanto nos países da Europa Central e Oriental — acreditam que uma forte liderança da UE nas questões mundiais é desejável para os seus interesses nacionais. Em cada país europeu pesquisado, o número de pessoas que acham que uma forte liderança da UE é desejável, é superior ao número de pessoas que acham que a liderança dos Estados Unidos é desejável (com exceção da Grã-Bretanha, onde os números são iguais).

Os americanos, por sua vez, desejam uma liderança compartilhada nas questões mundiais. As pesquisas do PIPA mostram que oito entre dez americanos acreditam que a relação entre os Estados Unidos e a União Européia deve ser uma relação de parceiros iguais (13% acham que os Estados Unidos deveriam liderar; 5% acham que a Europa deveria liderar), e dois terços das pessoas (65%) acreditam que os Estados Unidos deveriam trabalhar em estreita colaboração com a União Européia ao tratar dos problemas mundiais. No entanto, a maioria dos americanos (77%) acha que a Europa não está fazendo a sua parte na segurança do continente e que os Estados Unidos estão fazendo "mais do que deviam".

Muitos europeus ocidentais acreditam que seus países estão "trabalhando na mesma direção" que os Estados Unidos em algumas questões, especialmente na questão da Bósnia. Os britânicos e os alemães também tendem a perceber uma convergência com os Estados Unidos no que diz respeito à segurança da Europa (55%, 65% respectivamente), ao Irã (62%, 52%), ao Iraque (69%, 63%), e ao processo de paz do Oriente Médio (62%, 55%). As opiniões entre os franceses são mais divididas, em cada um desses casos.

SOBRE A EXPANSÃO DA COOPERAÇÃO

Embora, de modo geral, tenham uma atitude positiva em relação às organizações às quais os seus países pertencem, os públicos britânicos, franceses, e alemães não atingem um consenso sobre qual instituição deve ser "a principal responsável" no que se refere a uma série de problemas. Isso sugere que os públicos permanecem flexíveis nas suas percepções das responsabilidades de cada instituição. Maiorias significativas em cada país acham que os governos de cada país deveriam assumir a principal responsabilidade pelo controle da imigração

ilegal e que a ONU deve assumir a liderança nas missões de paz e missões humanitárias. Há menos consenso sobre quem deve assumir a principal responsabilidade pela redução de desemprego, pela coordenação dos esforços internacionais para o controle de armamentos; e pelo combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas ilegais, e ao terrorismo internacional. De modo geral, os britânicos e os franceses têm mais probabilidade do que os alemães de dizer que o governo de cada país ou a ONU deveria assumir a responsabilidade de tratar desses problemas, ao passo que os alemães tem maior probabilidade — e os britânicos têm menor probabilidade — de mencionar a União Européia.

Embora sejam flexíveis nas suas opiniões sobre a função de cada instituição, os europeus ocidentais aceitam bem a idéia de que a OTAN possa assumir novas missões. As maiorias na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Espanha, e Turquia apoiariam o uso das forças da OTAN para cumprir missões de manutenção da paz em conflitos entre membros da OTAN (essa opinião varia de 65% a 86%) ou em países vizinhos (60% a 86%), ou para fortalecer a segurança em uma determinada região, como por exemplo o Mediterrâneo (51% a 82%). Até mesmo o uso da OTAN para combater o terrorismo internacional e o tráfico internacional de drogas tem o apoio de grandes maiorias (69% a 86%). Os públicos aparentam um pouco menos de entusiasmo quando se trata de usar tropas da OTAN para defender interesses ocidentais fora da área, como no Golfo Pérsico, mas as maiorias na Grã-Bretanha (64%), e Itália (61%) se manifestam a favor. Uma maioria significativa de pessoas na Alemanha (46%) se opõem.

Muitos europeus ocidentais apóiam a participação dos seus próprios países em missões multilaterais de segurança. Em países chave da Alemanha Ocidental, sete entre dez pessoas, ou mais (Alemanha: 69%, Reino Unido: 74%, França: 76%, Itália e Espanha: 82%) se manifestaram a favor da participação das tropas dos seus países na tarefa de manutenção da paz na Bósnia. O apoio é quase tão alto na maioria dos países da Europa Central e Oriental (63-66% na República Tcheca, Hungria, Polônia e Romênia). No que se refere a Kosovo, pesquisas feitas em junho de 1998 revelaram que aproximadamente sete entre dez pessoas, ou mais, na Grã-Bretanha, França, Alemanha, e Itália apoiariam o posicionamento de tropas ao longo das fronteiras de Kosovo e a manutenção de uma presença de tropas, posteriormente, se uma ação militar ocorresse.

Notadamente, esses públicos chave aliados tendem a preferir que qualquer ação militar em Kosovo seja autorizada pela ONU (Grã-Bretanha: 48%, França: 50%, Alemanha: 39%) em vez de somente pela OTAN (Grã-Bretanha: 34%, França: 41%, Alemanha: 35%). Embora apoiando as contribuições do seu próprio país em determinadas ações multilaterais como no caso da Bósnia e de Kosovo, muitos europeus não demonstram entusiasmo no que se refere a assumir mais um custo financeiro para a segurança na Europa, de modo geral. Quando as pessoas são consultadas, especificamente, sobre se estariam dispostas a assumir um compromisso financeiro adicional em troca da redução do papel dos Estados Unidos nas questões de segurança na Europa, o apoio para uma participação européia mais preponderante diminui na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Grécia. Da mesma forma, muitos indivíduos da Europa Central e Oriental desejam entrar para a OTAN e muitos europeus ocidentais se manifestam a favor de convidá-los, mas eles tendem a se manifestar contra um aumento nos gastos com a defesa para cobrir os custos da expansão. No entanto, muitos europeus, em todo o continente, aceitam o fato de que o seu país deveria contribuir com uma parcela — isoladamente ou em conjunto com outros países membros da OTAN - para cobrir os custos da expansão da OTAN.

METODOLOGIA

As conclusões das pesquisas feitas na Europa, apresentadas neste artigo, são baseadas em entrevistas conduzidas pessoalmente em 1998, com amostragens de probabilidade de representantes de nacionalidades de aproximadamente 1.000 adultos (com dezoito anos de idade ou mais) em cada país. Alguns resultados de entrevistas feitas por telefone também foram incluídos. A USIA contratou empresas locais especializadas em pesquisas de opinião política ou em pesquisa de mercado, para fazer o trabalho de campo. As perguntas para as pesquisas foram preparadas pelo Escritório de Pesquisa e Reação dos Meios de Comunicação [Office of Research and Media Reaction] da Agência de Divulgação dos Estados Unidos, traduzidas pelas firmas locais, em seguida, revisadas pelo pessoal da USIA. Dezenove vezes em cada 20, os resultados das amostragens desta ordem de grandeza não diferem em mais que quatro pontos percentuais em cada direção, dos resultados que teriam sido obtidos se fosse possível

entrevistar todos os adultos em cada um dos países pesquisados. Os resultados provenientes das conclusões das pesquisas feitas nos Estados Unidos se baseiam em um estudo conduzido pelo Programa Sobre Atitudes Referentes à Política Internacional [Program on International Policy Attitudes] (PIPA) na Universidade de Maryland [University of Maryland]. ●

ENCONTRANDO UM OBJETIVO — E O SUCESSO — NA BÓSNIA

*Embaixador Robert E. Hunter
Conselheiro Sênior, RAND
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1993 a 1998*

Quando cheguei à sede da OTAN em julho de 1993, percebi que o moral dos meus novos colegas estava baixo, que a Aliança estava insegura quanto à direção que deveria seguir, e que as pessoas até questionavam se a OTAN tinha um futuro. O Pacto de Varsóvia e a União Soviética haviam entrado em colapso e não havia uma justificativa clara para a continuidade da existência da OTAN. Havia uma guerra na Bósnia-Herzegovina, perto do território da OTAN, e a Aliança se revelava incapaz de — ou não tinha interesse em — tomar uma atitude. A Força de Proteção das Nações Unidas [United Nations Protection Force] (UNPROFOR) tinha responsabilidade na área, mas não parecia ser capaz de proteger ninguém, enquanto o papel da OTAN se limitava a manter os céus da Bósnia livres de aeronaves e a sua costa livre do tráfico de armas.

Mas quando o meu mandato como representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte chegou ao fim, quatro anos e meio depois, que transformação havia ocorrido! A Aliança certamente tinha uma noção do seu objetivo para o futuro, baseado em quatro pontos chave: manter a América envolvida como uma potência na Europa; preservar o melhor do passado da OTAN; incluir as nações da Europa Central, por completo, no Ocidente; e estabelecer contato com a Rússia. Para atingir esses objetivos, a OTAN havia adotado uma série de novas iniciativas, cada uma delas com a finalidade de atender a algum requisito referente ao futuro da segurança da Europa; todas essas iniciativas eram inter-relacionadas, e uma reforçava a outra. Três países da Europa Central (Polônia, Hungria e a República Tcheca) foram convidados para entrar para a Aliança. Ao mesmo tempo, a porta foi mantida aberta para todos os outros países que estivessem prontos e dispostos a enfrentar as responsabilidades de serem países membros da OTAN.

Enquanto isso, a OTAN estava comemorando o sucesso da sua Parceria para a Paz, uma iniciativa pioneira, a

mais importante em muitos anos; a Parceria se destinava a preparar os países para entrar para a OTAN, e a fazer com que aqueles que não ingressassem na Aliança se envolvessem profundamente no trabalho da organização, como parte de uma grande família. Paralelamente, a OTAN havia criado um novo Conselho da Parceria Euro-Atlântica, para substituir o antigo Conselho de Cooperação do Atlântico Norte. Ela havia terminado de reformar as suas estruturas de comando, e ao mesmo tempo havia estabelecido a nova sede da Força-Tarefa Conjunta Combinada, capaz de projetar o poderio da OTAN com rapidez e eficiência, especialmente em missões de manutenção de paz. E os aliados da OTAN haviam concordado em estabelecer uma nova relação com a União da Europa Ocidental [Western European Union] (WEU), segundo a qual oficiais e recursos militares da OTAN podiam ser usados para operações militares realizadas somente por europeus; portanto, pela primeira vez, a WEU tinha capacidade de agir. Isso foi, em grande parte, o resultado de uma nova cooperação entre os Estados Unidos e a França, em que esta última voltou a assumir uma posição de membro inteiramente atuante nos comandos militares da OTAN. Tive o prazer de trabalhar em conjunto com o embaixador da França na OTAN para ajudar a tornar isso possível.

Além disso a OTAN havia tomado a iniciativa revolucionária de concluir um Ato Constitutivo com a Rússia e havia começado a se reunir com representantes da Rússia em um Conselho Conjunto Permanente; a OTAN havia assinado um Acordo e criado uma Comissão com a Ucrânia, e havia completado quase dois anos de posicionamento ativo de tropas da Bósnia. A Força de Estabilização (SFOR) já incluía 16 aliados, 14 países da Parceria para a Paz, e até mesmo a Rússia, mantendo a paz na Bósnia e ajudando o seu povo, finalmente, a ter esperança para reconstruir suas vidas.

Tantas coisas haviam sido feitas em tão pouco tempo — e tudo isso havia sido feito por 16 aliados trabalhando em conjunto, compartilhando o crédito pelas realizações. Nem é preciso dizer que, no final de 1997, o moral na sede da OTAN era alto, e todos os que lá se encontravam tinham um clara noção de objetivo e uma sensação de realização. Mas nada disso estava claro em julho de 1993. O primeiro objetivo era a preparação de uma cúpula da OTAN em Bruxelas em janeiro de 1994 — atendendo a uma solicitação que o Secretário-Geral Manfred Woerner me fez quando eu o informei, por telefone, sobre a minha indicação [para o cargo de embaixador]. Uma reunião de cúpula exige concentração, e nós todos nos concentramos, tanto no governo dos Estados Unidos quanto na Aliança. Em meados de outubro de 1993, os ministros de defesa dos países aliados se reuniram informalmente em Travemeunde, Alemanha, e o governo Clinton, então relativamente novo, revelou a sua estratégia para a reunião de cúpula.

O prato principal era a "Pfp" — abreviatura de Parceria para a Paz [Partnership for Peace] — uma idéia desenvolvida por uma pequena equipe de funcionários do governo dos Estados Unidos durante uma visita à minha missão na OTAN. Quando foi realizada a cúpula de janeiro de 1994, os aliados também estavam prontos para assumir o compromisso de aceitar novos países membros, de criar uma nova relação com a União da Europa Ocidental, de lidar com novos desafios associados às armas de destruição em massa e seus vetores, e de procurar alguma forma de fazer com que a Rússia sáísse do seu casulo e assumisse um papel construtivo na segurança da Europa.

Assim ficou definida a agenda, que enfatizava o estabelecimento do contato com o a região a leste da OTAN, para incluir todas as suas nações e povos na melhor esperança que já tivemos de criar segurança e paz em todo o continente. A "expansão" da OTAN era o ponto focal, mas todas as suas outras medidas tinham como objetivo assegurar que o resultado fosse uma contribuição positiva para a segurança da Europa, de modo geral; na verdade, não consigo imaginar nenhum outro esforço na área de política externa, em tempos modernos, que tenha sido tão sistemático e abrangente; em nenhum outro caso os objetivos foram definidos primeiro, seguidos de uma estratégia para atingi-los, e de planejamento e ação, passo a passo.

Mas ainda estava faltando alguma coisa. Enquanto a nova arquitetura de segurança da OTAN estava sendo projetada, ficou óbvio que isso adiantaria muito pouco se a Aliança não assumisse a responsabilidade pelo fim do conflito na Bósnia. Não adiantava argumentar que tínhamos "feito tudo o que a Organização das Nações Unidas havia pedido que fizéssemos." O problema era muito simples: a OTAN era uma organização dedicada à segurança; distúrbios e tragédias estavam acontecendo, sem limites, às portas da OTAN; portanto, a OTAN havia falhado.

Essa percepção podia ser justa ou não, mas ela funcionou como um desafio para que os aliados agissem. Mas isso não era uma coisa simples, ou automática: na verdade, talvez nenhuma outra questão na história da OTAN tenha ameaçado tanto a coesão entre os aliados — e a Bósnia quase destruiu a Aliança. Nove aliados tinham tropas na área, com a UNPROFOR, enquanto os Estados Unidos, que não tinham tropas na área, defendiam o uso do poder aéreo. Os aliados não conseguiam chegar a um acordo sobre uma estratégia comum; os riscos não estavam sendo compartilhados igualmente; havia acusações de traição; o uso limitado e ocasional do poder aéreo pela OTAN — "alfinetadas" — somente resultou em mais desentendimentos entre os aliados; e o impasse a respeito da Bósnia ameaçava destruir até mesmo o trabalho em comum da construção do futuro da OTAN na Europa Central e com a Rússia.

Tragicamente, foi preciso que ocorressem as atrocidades, perpetradas pelos sérvios da Bósnia, em Srebrenica, no verão de 1995, para que finalmente os aliados ficassem chocados e entrassem em ação, coletivamente. Finalmente, eu descobri que era possível conseguir um acordo, entre os aliados, para usar o poder aéreo, com o apoio irrestrito de todos, e a OTAN entrou em ação pela primeira vez na sua história. Vinte dias depois, a posição da OTAN havia, sem dúvida, prevalecido, e o bombardeio terminou; e pouco depois a guerra também acabou, preparando o terreno para os acordos de Dayton e para o posicionamento da Força de Implementação liderada pela OTAN — que, surpreendentemente, chegou ao seu terceiro aniversário sem nenhuma fatalidade em combate.

Na verdade, a Bósnia salvou a OTAN. Os aliados mostraram que podiam pegar uma aliança projetada

para uma finalidade, já cumprida, e dedicá-la a tarefas radicalmente diferentes, mudando, sob o ponto de vista militar, o seu foco em 120 graus, do velho "front" da Europa Central para os Bálcãs. A Bósnia provou a relevância da OTAN; a importância renovada da liderança da América; a sua disposição para compartilhar responsabilidades com os seus aliados; a base essencial, moral e política da segurança, e a continuidade do valor do lema não declarado, emprestado, da OTAN: um por todos e todos por um. Acredito que os fundadores da OTAN teriam ficado orgulhosos do que os seus sucessores, meio século mais tarde, haviam feito para trazer a promessa da paz a outra geração.

Após 35 anos de trabalho em questões referentes à segurança na Europa, eu tive a honra de trabalhar com uma equipe de competentes e dedicados funcionários públicos americanos na Missão Americana na OTAN — civis e militares, representando os Departamentos de Estado e da Defesa, a Agência de Divulgação dos Estados Unidos (USIA), e a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências [Federal Emergency Management Agency] — que tantas coisas realizaram neste momento histórico e cheio de esperança. ©

MANFRED WOERNER: A MOLA MESTRA DA AGENDA DA OTAN NO PERÍODO POSTERIOR À GUERRA FRIA

Embaixador William H. Taft, IV
Sócio: Fried, Frank, Harris, Shriver and Jacobson
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1989 a 1992

Cheguei a Bruxelas para chefiar a missão dos Estados Unidos na OTAN em agosto de 1989. Alguns meses antes, a Aliança havia comemorado o seu 40o aniversário. Durante 40 anos, os aliados haviam enfrentado juntos a ameaça do Pacto de Varsóvia e da União Soviética. Embora as reformas do líder soviético Mikhail Gorbachev tivessem, certamente, sido consideradas importantes, e a postura política e militar da OTAN nunca tivesse sido mais forte em relação ao Pacto de Varsóvia, poucos previam que a Guerra Fria, na qual estivéramos envolvidos durante quatro décadas, estava prestes a terminar. No entanto, quando voltei aos Estados Unidos, três anos mais tarde, ela estava rapidamente se tornando uma lembrança distante.

Durante a maior parte do tempo que passei na OTAN, trabalhei para que a Aliança pudesse cumprir suas funções no ambiente pós-Guerra Fria. Não terminamos esse trabalho até 1992; no entanto, progredimos bastante nesse sentido; o mais importante foi identificar as funções básicas da Aliança para o futuro e estabelecer contato com nossos antigos adversários para que esses cooperassem conosco dentro da estrutura institucional da OTAN, para proporcionar a segurança e a independência para todos os estados europeus.

Muitas pessoas fizeram importantes contribuições para esse trabalho. O trabalho não teria sido realizado sem a ajuda de cada uma dessas pessoas. Mesmo estando em excelente companhia, os esforços de Manfred Woerner, secretário-geral da OTAN de 1988 até sua morte prematura, seis anos depois, se destacam. Tenho o prazer de recordá-los aqui.

Antes de se tornar secretário-geral, Manfred havia sido ministro da Defesa da Alemanha, de 1982 a 1988. Nessa posição, a sua clara compreensão de que o poderio militar era um elemento essencial na preservação da paz e da liberdade face à ameaça

soviética, e o seu incansável esforço para assegurar que tal poderio, conforme necessário, recebesse, de fato, os devidos recursos aprovados pelo parlamento, tiveram um papel preponderante no sentido de influenciar a União Soviética, primeiro para que duvidasse, e finalmente, para que desistisse, das suas políticas de confronto em relação ao Ocidente. Ao cumprir suas obrigações essenciais, porém politicamente impopulares, Manfred sempre manteve o seu bom humor. Ele sabia o que estava pensando, e sabia que tinha razão. Ele também, como diz a expressão grega "conhecia a si mesmo" — seus pontos fortes, seus pontos fracos, sua complexa identidade. Ele era ao mesmo tempo suábio, alemão, europeu, e, indiscutivelmente, um amigo dos Estados Unidos. E ele era cada uma dessas coisas plenamente, não vendo necessidade de classificar nenhuma delas e nem de transigir em relação a qualquer uma.

Vou deixar o suábio para o fim. Primeiro, vou falar sobre o alemão.

Em 1988, quando ele se tornou o primeiro secretário-geral alemão da OTAN, o significado da escolha era evidente. Isso representava o reconhecimento, e a admiração, por parte dos aliados, das contribuições políticas da Alemanha para a Aliança. Durante muitos anos, essas contribuições haviam sido mais hesitantes do que as suas atividades econômicas e militares. No entanto, Manfred Woerner não tinha nada de hesitante, e a sua política também não tinha nada de simplesmente simbólico. Ele realmente representava alguma coisa. Os aliados sabiam que o seu novo secretário-geral poderia realçar a reputação crescente da Alemanha como uma influência importante na determinação das políticas das instituições multilaterais das quais ela era um país membro, inclusive, e principalmente, a OTAN. O que eles não sabiam era que a unificação da Alemanha dentro da Aliança seria o

item mais importante na agenda da OTAN em 1990 e 1991. Ter um secretário-geral alemão naquele momento era uma vantagem inestimável para o trabalho. O povo da Alemanha Oriental e dos outros "aliados" dos soviéticos nunca deixaram de perceber que o principal executivo do Pacto de Varsóvia nunca poderia ter sido um alemão.

Ninguém na sede da OTAN perguntou onde Manfred Woerner estava no dia seguinte à queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989. Ele só poderia estar em Berlim, a partir do momento em que soube da notícia. Dias depois, por um longo tempo após o seu retorno a Bruxelas, seu orgulho e alegria, devido aos eventos pelos quais ele havia trabalhado a vida inteira, eram evidentes. No entanto, apesar de todo o seu entusiasmo, ninguém pensava com mais clareza ou com mais seriedade do que ele sobre o que precisava ser feito após o colapso da Alemanha Oriental. Ele nunca questionou a unificação. Ele nunca duvidou de que os "laender" (estados) orientais fariam parte da OTAN, da mesma forma que a Bavária. E se algumas pessoas se preocupavam, achando que uma Alemanha unificada poderia tender a assumir uma responsabilidade excessiva, o próprio Manfred Woerner, o principal executivo da Aliança, os tranquilizava todos os dias — pela sua integridade e decência no trato com as nações, tanto grandes quanto pequenas — dizendo que isso não aconteceria. Ele tinha opiniões, é claro, e se elas não coincidiam, com as suas, você ficava sabendo. Mas o seu trabalho era conseguir o consenso, e ele nunca falhava nisso, e nem deixava que as suas próprias preferências interferissem com o exercício das suas responsabilidades.

No que se referia à unificação da Alemanha, Manfred nunca poderia ter pensado no assunto, a não ser como um alemão, e nunca teria tentado. A força dos seus argumentos sempre se originava da óbvia veracidade dos seus sentimentos; sua eloqüência chegava ao máximo quando ele controlava esses sentimentos sem ocultá-los. Quando chegou o momento de lidar com o colapso do Pacto de Varsóvia e da União Soviética, ele assumiu outra identidade: Manfred Woerner, europeu. Foi na condição de europeu que ele estendeu a mão da amizade às nações do leste, convidando-as para se unirem aos aliados, na tarefa de manter a paz e a segurança na Europa. Ele era incansável nesse esforço; ele realmente acreditava em uma "Europa unida e livre."

No início de 1990 e durante os próximos dois anos, o itinerário do secretário-geral foi tomado por visitas às nações do antigo Pacto de Varsóvia. Como resultado dos seus convites pessoais, havia também um fluxo constante de ministros das relações exteriores e chefes de governo desses países, que visitavam a OTAN. Ele nunca vacilou, ao fazer esse esforço; ele criou contextos institucionais para a participação desses antigos adversários em todos os aspectos da atividade da Aliança. A inclusão e a flexibilidade eram as suas palavras de ordem: sempre dê um espaço para as pessoas, de uma forma ou de outra. Sua concepção da Europa nunca foi limitada ao Ocidente, aos ricos, aos cristãos, ou a qualquer coisa menor que a Europa como um todo. Quando ele recebia cada novo visitante, na OTAN, com uma voz alta e um grande sorriso, suas palavras de boas-vindas eram sinceras, e ninguém podia duvidar da sua satisfação ao ver a Europa se unindo.

Mas até mesmo a Europa inteira era pequena demais para Manfred Woerner. A América do Norte — tanto o Canadá quanto os Estados Unidos — sempre esteve em sua mente como um elemento indispensável para a realização bem sucedida dos seus sonhos como suábio, alemão e europeu. É claro que ele nunca poderia ser americano, mas ele estudou os Estados Unidos de uma forma que poucos europeus estudaram, e além da sua convicção de que os Estados Unidos deveriam continuar ligados à Europa, ele tinha genuíno afeto e admiração por esta nação. Ele lia a nossa literatura, viajava e discursava pelo nosso país, e regularmente passava as férias aqui. Ele chegava até a acompanhar os nossos esportes nacionais. Ele se alegrava com os nossos sucessos e compartilhava das nossas decepções. Nunca lhe ocorreu, simplesmente, que os europeus "deveriam" ser aliados dos Estados Unidos; ele queria ser um aliado. E além disso, Manfred não queria apenas que os Estados Unidos fizessem parte da Aliança. Ele queria que o nosso país liderasse a Aliança. Ele nunca se encontrava com o presidente ou com o secretário de estado sem dizer: "Vocês devem liderar." Durante uma boa parte do tempo, é claro, nós o fizemos, porém, mais de uma vez, eu tive a sensação de que só estávamos liderando como um cavalo lidera uma carruagem — com Manfred na boléia, insistindo para que seguissemos em frente.

Finalmente chegamos ao suábio Manfred Woerner. Essa era a sua terra e ele jamais a esqueceu. Frequentemente, nos fins de semana, ele viajava de Bruxelas até a Suábia. E quando não estava lá, ele levava consigo a história da sua terra. Seu entusiasmo, em uma viagem que fizemos juntos a Palermo, era típico. Admiramos, naturalmente, os mosaicos normandos, e Manfred passou a manhã inteira aproveitando o sol quente da Sicília, deixando de se dedicar à preparação de um discurso. No entanto ele não deixou de se dedicar a uma coisa. Fomos visitar o túmulo de seu conterrâneo, o suábio Frederico II, da dinastia dos Hohenstaufen, imperador do Sacro Império Romano durante o século XIII. Manfred depositou um buquê de flores no túmulo e lembrou, para nós, com orgulho, as realizações do seu compatriota. As realizações, naturalmente, eram muitas — algumas mereciam mais crédito do que outras. A que mais impressionou Manfred foi a capacidade demonstrada por Frederico, quando recebeu ordem do Papa para comandar uma cruzada para reconquistar Jerusalém, de não apenas fazer isso, mas também de se tornar o rei da cidade — tudo isso por meio da diplomacia. Este, Manfred nos disse, sempre foi o método preferido pelos suábios.

Com a morte prematura de Manfred Woerner, de câncer, em 1994, a Alemanha, a Europa, e os Estados Unidos perderam um grande estadista e um verdadeiro amigo. Atualmente, a OTAN continua sendo a principal garantia da paz, da liberdade, e da segurança na Europa, em grande parte devido ao seu trabalho. ●

CONSEGUINDO A COOPERAÇÃO DOS ALIADOS PARA A DEFESA CONVENCIONAL

Embaixador David M. Abshire

*Chanceler do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais [Center for Strategic and International Studies]
Embaixador dos Estados Unidos na OTAN de 1983 a 1987*

Durante o meu primeiro ano na OTAN, em 1983, um paradoxo me incomodava. Por um lado, a OTAN havia conseguido uma extraordinária vitória estratégica. Os aliados haviam se mantido unidos no que se referia ao posicionamento dos seus "Euromísseis" nas INF (Forças Nucleares de Alcance Intermediário) [Intermediate-range Nuclear Forces]; a estratégia soviética de dividi-los havia falhado. A diplomacia multilateral e bilateral da OTAN foi administrada com perfeição. Depois que os negociadores soviéticos abandonaram a sala de negociações em Genebra, os aliados iniciaram o posicionamento. Os soviéticos, aparentemente, esperavam que as indicações de uma possível volta à Guerra Fria abalariam a resolução dos aliados. Isso não aconteceu, e os negociadores soviéticos, humilhados, tiveram que voltar à mesa de negociações. Por outro lado, esse sucesso da OTAN, no que se refere ao posicionamento de armas nucleares, era parte do problema. A questão nuclear ocupava um espaço tão grande, não apenas na sede da OTAN, mas, na verdade, nos nossos departamentos de Defesa e de Estado, que ninguém queria enfrentar os problemas das forças convencionais.

Eu sabia muito bem, que mais cedo ou mais tarde, teríamos outra crise transatlântica a respeito da forma das forças convencionais de defesa; eu sabia que teria que haver uma nova e grande iniciativa para aperfeiçoá-las. Mas havia um obstáculo: a Europa não havia se recuperado da sua recessão. Havia muito desemprego, e os governos de coalizão eram frágeis. O sucesso das INF criou uma sensação de que havíamos feito o que tinha que ser feito a respeito da defesa, a um preço político considerável, e a defesa da Europa teria que contar com o poderio nuclear, e não convencional. Os políticos europeus percebiam que as forças nucleares não custavam nada para os europeus, que estavam no meio de uma depressão econômica, ao passo que as forças convencionais custavam, e portanto, ninguém queria saber delas.

No outono de 1983, o único jeito de se conseguir fazer um novo esforço referente à defesa convencional parecia ser por meio da cooperação na área de armamentos: tomar uma iniciativa para utilizar melhor os recursos financeiros e técnicos, e o parque industrial da Aliança, para o desenvolvimento e produção de equipamentos militares. Com a ajuda da minha equipe, eu redigi uma mensagem com mais de 40 páginas, que logo seria conhecida como "o telegrama monstro". Essa mensagem foi enviada para os secretários de Estado e de Defesa e para o assessor de Segurança Nacional. A mensagem argumentava que, assim como 1983 havia sido o Ano dos Mísseis, 1984 deveria se tornar o Ano dos Programas de Defesa Convencional. As tendências preocupantes no equilíbrio das forças convencionais entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia haviam se tornado o problema número um da OTAN. Mas havia outro perigo, também: a frustração, cada vez maior, no Congresso, devido à falta de disposição da Europa para fazer alguma coisa sobre essa situação inadequada. As melhorias na área de armamento convencional haviam se tornado imperativas. Sem novos recursos, a primeira etapa teria que ser uma nova e abrangente iniciativa para a cooperação na área de armamentos, para utilizar melhor os recursos existentes.

O ministro da Defesa alemão Manfred Woerner me confidenciou que queria apresentar o que ele chamava de Estrutura Militar Conceitual. Ele reclamou que o Pentágono havia tomado uma série de iniciativas desconexas na OTAN, com nomes exóticos como Batalha Aérea e Terrestre, Ofensiva Contra o Poderio Aéreo, e Iniciativa de Tecnologias Emergentes. Esses programas foram implementados além do trabalho que estava sendo feito pelo próprio pessoal militar da OTAN, referente aos problemas como atingir alvos bem distantes na retaguarda das linhas inimigas. Woerner argumentava que deveria haver uma abordagem muito mais coerente, tanto para vender programas para os parlamentos quanto para melhorar o desempenho

militar. Era necessário que houvesse uma perspectiva a longo prazo. Woerner pediu meu apoio pessoal. Eu achei isso ótimo, pois eu via a situação como uma pedra de toque para o desenvolvimento de uma estratégia geral para a melhor utilização dos recursos da OTAN.

No entanto, as medidas tomadas pelos ministros da defesa durante a sua reunião de dezembro de 1983 não foram suficientemente avançadas para impedir a ocorrência de uma crise transatlântica. Estávamos em uma corrida contra o tempo, e íamos perder. O senador Sam Nunn, embora estimulado pelo reconhecimento dos ministros de que havia problemas com os armamentos convencionais, e embora estivesse informado sobre as minhas atividades, não tinha total confiança de que o Pentágono estava acompanhando a situação e nem estava convencido de que havia qualquer esforço importante no que dizia respeito à defesa convencional, por parte das modorrentas capitais da Europa. Discretamente, ele começou a organizar minutas para uma emenda determinando a retirada de tropas, e não apenas uma proposta para remover alguns dos nossos soldados. Nunn não pensava assim. Na verdade, ele era o que eu chamaria de estrategista de recursos; ele pensava em termos de como o investimento superior dos Estados Unidos na OTAN estava sendo abortado pelas falhas dos aliados. Ele citou um exemplo gritante: em uma crise, os Estados Unidos deveriam enviar 1.500 aeronaves até a Europa, mas não havia abrigos em quantidade suficiente para protegê-las quando elas chegassem lá.

A lógica de Nunn, no que se referia à retirada, era de que a falta de investimentos europeus na defesa estava nos condenando a uma "estratégia de armadilha", de modo que uma grande quantidade de forças dos Estados Unidos não faria muita diferença. Ele propôs a remoção de 90.000 soldados no decorrer de três anos. Sua emenda, no entanto, proporcionava uma maneira para que os aliados evitassem isso; ela determinava que os aliados cumprissem os seus aumentos de três por cento estipulados em 1977 ou cumprissem vários requisitos de despesas. Isso ajudaria a resolver problemas como a pequena quantidade de instalações essenciais e abrigos para aeronaves de reforço dos Estados Unidos, assim como estoques de munição extremamente baixos.

Quando a emenda proposta, de Nunn, foi discutida pela convenção partidária democrata no Senado, ela foi imediatamente aceita. O escritório legislativo da Casa Branca estimava que poderia conseguir mais de 75 votos no Senado, pois os republicanos estavam cerrando fileiras junto a Nunn, que era altamente respeitado. A Casa Branca começou a falar sobre não se opor de maneira ativa à emenda, pois a maioria que a apoiava parecia tão significativa. Eu estava ficando desesperado.

Contatei os senadores que conhecia por telefone. Argumentei que se essa emenda fosse aprovada após o posicionamento das INF, após as negociações das MBFR (Reduções Mútuas e Equilibradas de Forças) [Mutual and Balanced Force Reductions], isso poderia ser desastroso. Em desespero de causa, apelei para o bom senso do senador John Warner, com quem falei na sua fazenda no estado da Virgínia. Sucesso! Ele ficaria conosco e ficaria em contato com o senador John Tower, que deveria liderar os debates no plenário. No debate no Senado, que se seguiu, Tower, presidente do Comissão do Senado para as Forças Armadas, foi, na verdade, uma torre de força [N.do T.: o autor faz um trocadilho com o nome do senador Tower, que, em inglês, significa "torre"] no plenário do Senado. Ele argumentou que a aprovação da emenda era a mesma coisa que "dar um chute nos dentes dos nossos amigos". Tower frisou que "ninguém consideraria isso como um sinal; eles considerariam essa atitude como uma violência." Nunn respondeu: "Será que pedir aos seus amigos e aliados para fazer o que se comprometeram a fazer é pedir demais?" Ele argumentou que nós simplesmente não poderíamos enviar soldados americanos para a Europa, e ao mesmo tempo olhar nos olhos deles e dizer: "Pessoal, vocês vão para lá e quando vocês chegarem, a munição dos aliados vai acabar."

Nesse ponto o senador Bill Cohen se manifestou, dizendo que "se estamos falando em intimidar, o senador da Geórgia já intimidou" e que já "havia enviado um recado para a aliança européia." Cohen propôs uma saída, uma emenda alternativa que previa relatórios sobre o progresso da OTAN, em vez do mecanismo automático de Nunn, para a remoção automática das tropas. No momento em que a diferenças entre os votos foi diminuindo, o próprio

presidente Reagan deu os telefonemas finais e a emenda alternativa de Cohen foi aprovada.

Aproximadamente na mesma época, o lorde Peter Carrington substituiu Joseph Luns como secretário-geral. Apesar da sua linhagem como sexto barão e de seu prestígio como ex-primeiro lorde do Almirantado, ex-ministro da Defesa e ex-ministro das Relações Exteriores, Peter Carrington não se importava nem um pouco com o cerimonial — ele não precisava — e a sua primeira medida foi colocar o Rolls-Royce, de que Luns tanto gostava, à venda. Pouco depois da sua chegada, ele pediu que eu comparecesse ao seu escritório para ajudar a interpretar o tiro de aviso à OTAN, dado pelo Senado dos Estados Unidos.

E a primeira vez que eu o levei para visitar Nunn no seu gabinete no Senado, Carrington disse, "Senador, eu estou de acordo com o senhor. Veja bem, não com o método, mas com o fim, o objetivo." O lorde britânico não convencional e o senador da Geórgia, cheio de determinação, se deram muito bem a partir do momento em que se conheceram.

Freqüentemente eu pensei em como Peter Carrington tinha qualidades similares às de Dwight Eisenhower, supremo comandante aliado. Nenhum dos dois era um pensador para questões de longo prazo ou conceitualista. Os dois tinham um grande talento para o aqui-e-agora, e para reunir pessoas diferentes e aliados difíceis para que trabalhassem juntos. As grandes estratégias quase sempre envolvem estratégias de coalizão, e nenhum grande plano tem um pingô de chance de dar certo sem a liderança de um Eisenhower ou de um Carrington. Na verdade, a genialidade de Peter Carrington transformou a ameaça da retirada das tropas em um redobrado esforço da Aliança em relação à defesa convencional. Essa talvez tenha sido a época mais delicada na história da OTAN desde que a França se retirou do comando militar, certamente em termos de relacionamento entre os membros da Aliança. O problema para Carrington era como produzir resultados concretos, no que se referia a melhorias, pelo menos de modo a evitar a aprovação de outra emenda no ano seguinte.

No outono do mesmo ano, um ano depois do nosso telegrama monstro de 1983, Washington começou a levar uma nova iniciativa de defesa convencional a sério.

Como de hábito, o Pentágono e o Departamento de Defesa estavam em desacordo, e eu tinha muito receio de que Washington propusesse uma abordagem no estilo passo a passo. Anteriormente, Carrington havia comentado comigo que também acreditava que a OTAN deveria se concentrar somente em um ou dois esforços chave, e deveria fazer um bom trabalho em relação a eles. O segundo problema, um problema político, era escolher quem deveria patrocinar o novo esforço. As autoridades de Washington e Carrington, sabiamente, reconheciam que o esforço não deveria ser "americanizado", e que os alemães tinham que ser convencidos a assumir a dianteira. Portanto, em uma reunião no outono, em Washington, entre o presidente Reagan e o chanceler Kohl, chegou-se a um acordo sobre uma "iniciativa alemã", com o apoio dos Estados Unidos, a ser apresentada na reunião dos ministros da defesa em Bruxelas em 1984.

Worner pegou o papel, leu-o demonstrando estar de acordo, com um movimento de cabeça, e rapidamente introduziu uma iniciativa que levou à mais abrangente reavaliação da defesa convencional da OTAN na sua história.

Mais tarde, naquela primavera, Nunn veio me visitar novamente no Truman Hall. Após receber informações na nossa missão da OTAN, ele ficou impressionado com a coerência do programa para obter um retorno melhor pelo investimento na defesa, em geral, e se perguntou, em voz alta, por que o Pentágono não tinha uma estrutura desse tipo. Ele expressou sua satisfação a respeito do programa positivo, durante o almoço com Carrington, que comentou que poderia haver outra emenda para manter a pressão, mas seria pressão positiva dessa vez. Mais tarde, no mesmo dia, Nunn confidenciou que deixaria de lado a sua emenda para a retirada das tropas naquele ano, mas disse que não queria que essa informação fosse divulgada. Ele queria trabalhar em segredo com a sua equipe e com a minha, em uma emenda de incentivo positivo, enquanto todos estivessem pensando que ele, mais uma vez, se manifestasse a favor da retirada das tropas.

Com a anuência de Nunn, iniciamos as conversações com o vice-secretário de Defesa William Taft, que se tornou um aliado essencial como presidente do novo Comitê da OTAN para a Cooperação em Questões de Armamentos [NATO Armaments Cooperation

Committee], que foi fundado como resultado do nosso telegrama monstro de Bruxelas. O que foi finalmente combinado é que a nova emenda Nunn reservaria 200 milhões de dólares, que somente poderiam ser gastos pelas forças armadas se elas trabalhassem em regime de cooperação com os aliados. Os aliados teriam que contribuir com dinheiro também, embora não exatamente na mesma medida. Uma segunda parte da emenda determinava a disponibilização de 50 milhões de dólares para testes, em paralelo, de armas dos Estados Unidos e de países da OTAN antes da aquisição. Dois poderosos senadores, John Warner e Bill Roth, se uniram a Nunn, apoiando essa monumental iniciativa para a melhor utilização dos recursos da OTAN. O senador Ted Stevens — que se tornou o influente defensor no Comissão de Orçamento do Senado — também havia visitado a OTAN e concluído que a sede da organização "estava organizando o seu trabalho corretamente."

Introduzida em um veemente discurso, elogiando a OTAN pelo seu progresso, e ao mesmo tempo criticando o Departamento de Defesa em outras áreas, a emenda Nunn-Roth-Warner enviou um recado à Europa, para que ela pusesse a casa em ordem e enfrentasse o desafio americano. Além disso, a emenda sinalizou que o nosso Exército, a nossa Marinha e a nossa Força Aérea deveriam pensar mais a respeito da estratégia geral na utilização dos seus recursos. A Aliança havia percorrido um longo caminho desde a época em que as tropas americanas quase foram retiradas. Uma nova atitude positiva, com relação ao que podia ser feito, estava sendo desenvolvida. ©

50º Aniversário da OTAN: AVISOS SOBRE ARTIGOS

Cooke, Thomas. NATO CJTF DOCTRINE: THE NAKED EMPEROR (Parameters, vol. 28, no. 4, Winter 1998-99, pp. 124-136)

Para posicionar suas forças na Bósnia, a OTAN contou com o conceito de uma Força-Tarefa Conjunta Combinada [Combined Joint Task Force] (CJTF) e desde então tem adotado esse conceito como sendo "provavelmente, o meio pelo qual operações similares serão conduzidas no futuro," diz Cooke. Mas nunca houve a intenção de usar essa estratégia para coalizões internacionais que precisassem obter a unanimidade antes de resolver agir," ele argumenta. Portanto, alternativas à CJTF – incluindo o conceito de "nação-líder" – devem ser exploradas "antes de se adotar uma doutrina que pode acabar se tornando ineficaz, cara, e potencialmente perigosa, se for implementada em um conflito de grandes proporções".

Heaton, Erin; Caires, Greg Alan. EUROPE ON THE MOVE: THE TRANSATLANTIC ALLIANCE IN 1998 (Seapower, vol. 42, no. 1, January 1999, pp. 59-64)

Apesar das previsões de declínio, os autores argumentam que "a OTAN continuará sendo essencial para a segurança transatlântica." As operações da OTAN no futuro somente serão bem sucedidas "se os seus membros constituintes concordarem com o conceito de operações de guerra sob a forma de coalizão, no qual os pontos fortes de cada participante são combinados com as missões mais adequadas," eles dizem. E a OTAN não "continuará forte, a não ser que os novos governos europeus concordem em desenvolver armas, sistemas, e plataformas interoperáveis que sejam, ao mesmo tempo, compatíveis com a guerra sob a forma de coalizão, e capazes de manter os parques industriais de defesa locais razoavelmente saudáveis."

Ikenberry, G. John. AMERICA'S LIBERAL HEGEMONY (Current History, vol. 98, no. 624, January 1999, pp. 23-28)

"Em termos de manutenção da ordem, o fim da Guerra Fria é um evento histórico superestimado," diz Ikenberry,

argumentando que "a continuidade, e não a transformação, tem sido a marca registrada da era pós-Guerra Fria." Um elemento da manutenção da ordem pós-guerra entre as democracias industriais implicava o estabelecimento de alianças para a segurança, que protegiam os seus membros contra ameaças externas, e que "também proporcionavam garantias institucionalizadas de que os países manteriam relacionamentos firmes e previsíveis.

Lunn, Simon. NATO'S PARLIAMENTARY ARM HELPS FURTHER THE AIMS OF THE ALLIANCE (NATO Review, vol. 46, no. 4, Winter 1998, pp. 8-11)

Lunn, secretário-geral da Assembléia do Atlântico Norte [North Atlantic Assembly] (NAA), acredita que a organização presta um serviço essencial, conseguindo o consenso à medida que a OTAN se adapta às mudanças no ambiente de segurança. A NAA reúne parlamentares de países membros, países parceiros, e do Mediterrâneo, e dessa forma, facilita a maior conscientização, confiança e cooperação na Europa. Na percepção de muitos membros da Assembléia, ele diz, a Cúpula de Washington em abril de 1999, para comemorar o 50.º aniversário da OTAN será um ambiente apropriado para o reconhecimento da função e da importância da Assembléia.

Moss, Kenneth B. U.S.-EUROPEAN RELATIONS AND THE CHANGING BALANCE BETWEEN THE PRESIDENT AND CONGRESS (Mediterranean Quarterly, vol. 9, no. 4, Fall 1998, pp. 52-68)

Moss acredita que a redefinição de segurança nacional durante os últimos 20 anos "de modo a incluir fatores econômicos e comerciais e as áreas relacionadas de política ambiental, energética, e social" resultou em "uma situação na qual o poder do Congresso é muito maior do que era anteriormente." No entanto, a "disparidade entre o foco mundial necessário da política nacional e a orientação local do Congresso no que se refere às questões comerciais e econômicas apresenta o principal desafio à liderança eficaz dos Estados Unidos na política externa," ele diz.

Ruhle, Michael. TAKING ANOTHER LOOK AT NATO'S ROLE IN EUROPEAN SECURITY (NATO Review, vol. 46, no. 4, Winter 1998, pp. 20-23)

Ruhle, um planejador de alto nível da OTAN, sugere que a maneira de definir o papel da OTAN no período pós-Guerra Fria é não procurar um único objetivo, mas mostrar a maneira pela qual a OTAN contribui para "a arquitetura emergente de segurança Euro-Atlântica." Na percepção do autor, essa "arquitetura" consiste de vários processos políticos que afetam o ambiente estratégico, e o gerenciamento bem sucedido desses processos pela OTAN e por outras instituições. A contribuição da OTAN para a integração da Europa, por exemplo, incluiu o desenvolvimento de uma Identidade de Segurança e Defesa da Europa [European Security and Defense Identity] e a ampliação da OTAN para acolher as democracias incipientes na Europa Central ©

As notas acima fazem parte de um Aviso Sobre Artigos mais completo, que pode ser encontrado da home page do Serviço de Divulgação dos Estados Unidos: "<http://www.usia.gov/admin/001/wwwhapub.html>".

50º Aniversário da OTAN: BIBLIOGRAFIA

- Art, Robert J. CREATING A DISASTER: NATO'S OPEN DOOR POLICY (Political Science Quarterly, vol. 113, no. 3, Fall 1998, pp. 383-404)
- Baylis, John. EUROPEAN SECURITY IN THE POST-COLD WAR ERA: THE CONTINUING STRUGGLE BETWEEN REALISM AND UTOPIANISM (European Security, vol. 7, no. 3, Autumn 1998, pp. 14-27)
- Bilinsky, Yaroslav. ENDGAME IN NATO'S ENLARGEMENT: THE BALTIC STATES AND UKRAINE. Westport, CT: Praeger, 1999. 168p.
- Brenner, Michael J., editor. NATO AND COLLECTIVE SECURITY. New York: St. Martin's, 1998. 317p.
- Brzezinski, Zbigniew. NATO: THE DILEMMAS OF EXPANSION (The National Interest, no. 53, Fall 1998, pp. 13-17)
- Gress, David. FROM PLATO TO NATO: THE IDEA OF THE WEST AND ITS OPPONENTS. New York: Free Press, 1998. 610p.
- Kaplan, Lawrence S. THE LONG ENTANGLEMENT: NATO'S FIRST FIFTY YEARS. Westport, CT: Praeger, 1999. 264p.
- Kay, Sean. NATO AND THE FUTURE OF EUROPEAN SECURITY. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998. 276p.
- Moens, Alexander. NATO'S DILEMMA AND THE ELUSIVE EUROPEAN DEFENCE IDENTITY (Security Dialogue, vol. 29, no. 4, December 1998, pp. 463-475)
- NATO AFTER ENLARGEMENT: NEW CHALLENGES, NEW MISSIONS, NEW FORCES. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 1998. 258p.
- Nelson, Daniel N. CIVIL ARMIES, CIVIL SOCIETIES, AND NATO'S ENLARGEMENT (Armed Forces & Society, vol. 25, no. 1, Fall 1998, pp.137-160)
- Odom, William E. RUSSIA'S SEVERAL SEATS AT THE TABLE (International Affairs, vol. 74, no. 4, October 1998, pp. 809-822)
- Sandler, Todd; Hartley, Keith. THE POLITICAL ECONOMY OF NATO: PAST, PRESENT, AND INTO THE 21ST CENTURY. New York: Cambridge University, 1999. 250p.
- Schake, Kori. EUROPE AFTER NATO EXPANSION: THE UNFINISHED SECURITY AGENDA. La Jolla, CA: Institute on Global Conflict and Cooperation, University of California, 1998. 23p.
- Solana, Javier. PREPARING NATO FOR THE 21ST CENTURY (The Officer, vol. 74, no. 10, November 1998, pp. 32-34)
- Van Heuven, Marten; Treverton, Gregory F. EUROPE AND AMERICA: HOW WILL THE UNITED STATES ADJUST TO THE NEW PARTNERSHIP? Santa Monica, CA: Rand, 1998. 8p.
- Weisberger, Bernard A. NATO'S NATIVITY (American Heritage, vol. 49, no. 6, October 1998, pp. 18-20)
- Wyllie, James H. NATO'S BLEAK FUTURE (Parameters, vol. 28, no. 4, Winter 1998-99, pp. 113-123)
- Yehling, Robert; Oldham, Charles, editors. 50 YEARS OF NATO. Tampa, FL: Faircount International, 1999. 250p.
- Yost, David S. NATO TRANSFORMED: THE ALLIANCE'S NEW ROLES IN INTERNATIONAL SECURITY. Washington: U.S. Institute of Peace, 1998. 432p. ©

50º Aniversário da OTAN: PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Favor observar que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela disponibilidade dos recursos acima relacionados; essa responsabilidade é única e exclusivamente dos respectivos provedores.

Atlantic Council of the U.S.
<http://www.acus.org/NATO50/Default.htm>

British American Security Information Council:
Network on European and Transatlantic Security
<http://www.basicint.org/netsindx.htm>

Center for Strategic and International Studies: Euro-Focus
<http://www.csis.org/html/eurofoc.html>

Documents Relating to American Foreign Policy: NATO
<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/nato.htm>

Global Beat: NATO
<http://www.nyu.edu/globalbeat/nato.html>

Institute for Foreign Policy Analysis: Transatlantic Conference
<http://www.ifpa.org/new/natomain.htm>

National Defense University: NATO: A Bibliography
<http://www.ndu.edu/ndu/library/bibs/nato498.html>

The New Atlantic Initiative
<http://www.aei.org/nai/nai.htm>

North Atlantic Assembly
<http://www.naa.be/>

North Atlantic Treaty Organization at 50
Conference Web Site
<http://www.nato50otan.org/>

North Atlantic Treaty Organization: 50th Anniversary
<http://www.nato.int/nato@50/nato50.htm>

Partnership for Peace
<http://www.nato.int/pfp/pfp.htm>

SACLANT: Supreme Allied Commander, Atlantic
<http://www.saclant.nato.int/>

SHAPE: Supreme Headquarters Allied Powers Europe
<http://www.shape.nato.int/>

U.S. Department of Defense: NATO's 50th Anniversary
<http://www.defenselink.mil/specials/NATO/>

U.S. Department of State: Bureau of European Affairs
<http://www.state.gov/www/regions/eur/index.html>

U.S. European Command
<http://www.eucom.mil/index.htm>

U.S. Information Agency: The Euro-Atlantic Partnership
<http://www.usia.gov/topical/pol/eap/>

U.S. Information Agency:
NATO at 50: The Washington Summits
<http://nato50.gov/>

U.S. Information Agency: Washington File: Europe
<http://www.usia.gov/products/washfile/eu.shtml>

U.S. Institute of Peace:
The Future of the Euroatlantic Alliance
<http://www.usip.org/pubs/PW/1298/alliance.html>

U.S. Mission to NATO
<http://www.nato.int/usa/>

U.S. Mission to the European Union:
The U.S.-EU Summit
<http://www.useu.be/summit/summit1298.html>

U.S. Mission to the OSCE
<http://www.osce.usia.co.at/>



POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 4 REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NÚMERO 1

50^o
Aniversário
da OTAN

Março de 1999